ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE

LEI Nº 406/2014

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO PORTO GRANDE
– Publicado no mural
da PMPG/CÂMARA.
Em: 02/06/2014

INSTITUI O PLANO DIRETOR E O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO GRANDE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DO PLANO DIRETOR

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei institui o Plano Diretor e o perímetro urbano no município de Porto Grande.

Art. 2º. O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento, ordenamento territorial, urbanização específica e expansão urbana, em atendimento às exigências da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, e alterações posteriores, e para os fins de Regularização Fundiária em Áreas Urbanas prevista pela Lei Federal nº 11.952 de 25 de julho de 2009.

CAPÍTULO II
DA DEFINIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

Art. 3º. O perímetro urbano, aprovado nesta lei é parte integrante do Plano Diretor, é descrito conforme ANEXO I e classifica, para todos os fins legais, como urbano o território nele inscrito.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a definir, por meio de decreto, informações complementares necessárias à identificação dos limites do perímetro urbano estabelecidos nesta lei.

Art. 4º. A alteração do perímetro urbano ou a criação de novos perímetros no

município de Porto Grande deverão ser aprovadas em lei e ser precedidas da elaboração de projeto específico, subsidiado por estudos técnicos que demonstrem a compatibilidade das características ambientais com a ocupação urbana atual e futura da área, e ainda:

I – A delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais;

II – A definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais;

III – A definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda;

IV – A previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido;

V – A definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, quando as alterações de perímetro abarcarem bens socioambientais de importância para a comunidade de Porto Grande; e

VI – A definição de parâmetros para a utilização de mecanismos previstos no Plano Diretor ou a definição de novos mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do Poder Público.

§1º Quando a revisão do Plano Diretor contemplar as exigências estabelecidas neste artigo, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata o *caput* deste artigo.

§2º A exigência do inciso IV pode ser dispensada em caso de justificativa fundamentada no Projeto de Lei.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA URBANA

Art. 5º. As diretrizes da política urbana do município de Porto Grande serão organizadas em 5 (cinco) eixos:

I – Do ordenamento territorial;

II – Da infraestrutura e dos serviços;

III – Socioeconômico;

IV – Ambiental; e

V – Institucional.

Art. 6º. As diretrizes do eixo do ordenamento territorial são:

I – A definição da disciplina de uso e ocupação do solo, de modo a

compatibilizar a infraestrutura instalada e futura, o sistema viário, a capacidade de adensamento populacional e a compatibilidade de usos, garantindo os padrões de qualidade de vida esperados pela comunidade;

II – A adoção de procedimentos de orientação para parcelamento do solo, controle e fiscalização do parcelamento, de modo a garantir o cumprimento da Lei Federal nº 6.766/79 e modificações posteriores;

III – A definição da disciplina de parcelamento do solo para o município de Porto Grande, estabelecendo parâmetros específicos à realidade municipal de forma democrática;

IV – As definições de um perímetro para as áreas urbanizavam do município, de modo a direcionar o crescimento da malha urbana para regiões propícias à urbanização e proteger as áreas ambientalmente frágeis;

V – O incentivo à diversificação dos usos na malha urbana atual e futura, de modo a otimizar o uso e ocupação do solo;

VI – O incentivo ao parcelamento e ao uso de grandes terrenos vazios inseridos na malha urbana com o intuito de melhorar a circulação, otimizar o uso e a ocupação do solo e permitir a inclusão socioespacial de parcelas da população que se encontram à margem do mercado formal de terras;

VII – A definição do sistema viário de modo a organizar as funções de tráfego de pedestres, veículos não motorizados e veículos motorizados, conferindo maior conforto e segurança aos moradores;

VIII – A definição das diretrizes básicas de sistema viário para as áreas de expansão urbana e para adequação da malha urbana existente em relação ao adensamento populacional e construtivo futuro;

IX – A definição de parâmetros e diretrizes básicas de desenho urbano de modo a qualificar a paisagem urbana respeitando os elementos naturais internos e circundantes à malha urbana e a oferecer maior conforto aos pedestres e usuários de veículos não motorizados;

X – A promoção da regularização fundiária dos terrenos urbanos e a compatibilização entre processos administrativos e legais;

XI – O desenvolvimento de soluções de melhoria da transposição da BR 210 e da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), conferindo fluidez e segurança ao tráfego entre o centro da cidade e o bairro Nova Esperança;

XII – A implantação de um sistema de transporte coletivo adequado às dimensões da malha urbana, de modo a facilitar a mobilidade entre as diversas regiões da cidade;

XIII – A instalação de equipamentos de segurança nos trechos da ferrovia com intensa circulação de pedestres, ciclistas e veículos motorizados;

XIV – A realização de estudos para a definição do perímetro urbano da sede do Distrito do Cupixi;

XV – Definição de diretrizes de uso do solo e de desenho urbano para a localidade de Vila Nova, de modo a recuperar a paisagem e proporcionar maior conforto aos moradores locais.

Art. 7º. As diretrizes do eixo da infraestrutura e dos serviços são:

I – A execução e a complementação e/ou a adequação, por meio de planos e programas que atuem nas áreas da infraestrutura de saneamento básico, energia, comunicações e funerária, bem como nos sistemas educacional e profissional, de saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, e de segurança pública na sede do município e nas áreas urbanas do Distrito de Cupixi e Vila Nova;

II – A implantação de uma política de saneamento ambiental integrado com o objetivo de manter o meio ambiente equilibrado, alcançando níveis crescentes de salubridade por meio da gestão ambiental, do abastecimento de água potável, da coleta e tratamento do esgotamento sanitário, do manejo dos resíduos sólidos e da drenagem e reuso das águas pluviais, promovendo a sustentabilidade ambiental do uso e da ocupação do solo;

III – A ampliação das medidas de saneamento básico para as áreas urbanas com risco ambiental, promovendo a recuperação ambiental, revertendo os processos de degradação das condições físicas, químicas e biológicas do ambiente e implantando redes de água e esgoto;

IV – O investimento prioritário na instalação de rede coletora de esgotos, com atenção especial às ocupações próximas aos fundos de vale, implantando serviços de esgotamento sanitário que interrompam qualquer contato direto dos habitantes das áreas urbanizadas do município com esgotos, tanto no meio onde residem quanto no que transitam;

V – A implantação de um aterro sanitário e a ampliação da coleta de lixo;

VI – A elaboração e a implantação de um Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos, garantindo a ampliação da coleta seletiva de lixo e da reciclagem, bem como a redução da geração dos resíduos sólidos;

VII – A garantia de oferta domiciliar de água para consumo residencial e outros usos em quantidade suficiente para atender às necessidades básicas e com qualidade compatível com os padrões de potabilidade;

VIII – A implantação do sistema de drenagem pluvial por meio de sistemas físicos naturais e construídos e do escoamento das águas pluviais em toda a área ocupada do município, de modo a propiciar a recarga dos aquíferos, a segurança e o conforto aos seus habitantes;

IX – A implantação de praças e espaços estruturados para esporte, lazer e recreação nas áreas dos bairros Malvinas, Aeroporto, Manoel Cortes, Copalma e Nova Esperança, na sede do Distrito de Cupixi, em Vila Nova e em Nova Canaã;

X – A implantação de parque municipal urbano nas áreas periféricas da malha urbana da sede do município;

XI – A construção de uma rodoviária;

XII – A definição de terrenos na área de expansão para a implantação de serviços públicos;

XIII – A instalação de central de abastecimento alimentar localizada às margens da ferrovia, na sede municipal;

XIV – A implantação de centros culturais e de biblioteca pública na área urbana da sede de Porto Grande e do Distrito de Cupixi;

XV – A implantação ou complementação da rede de energia elétrica na área rural e nos bairros periféricos das áreas urbanizadas;

XVI – A implantação de posto de coleta dos Correios nas áreas urbanas do Distrito do Cupixi e Vila Nova;

XVII – A implantação de serviços de telefonia móvel em Vila Nova, Cupixi e Munguba.

Art. 8º. As diretrizes do eixo socioeconômico são:

I – Diretrizes para educação:

a) Universalização da alfabetização no município a partir de políticas públicas que garantam o acesso e a frequência das crianças e jovens aos estabelecimentos escolares e da ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA;

b) Aquisição de prédio para a secretaria municipal de educação e aquisição de equipamentos para viabilizar um atendimento público educacional de qualidade;

c) Fortalecimento da infraestrutura física das escolas, de equipamentos, de recursos materiais básicos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino e ao pleno atendimento da população;

d) Ordenamento das ações educacionais do município de porto grande por meio da realização bienal da conferência municipal de educação, da reorganização e estruturação do sistema municipal de educação, da reorganização e reestruturação do plano municipal de educação;

e) Ampliação da rede física do sistema de educação municipal, abrangendo a construção de escola de educação infantil, escolas de ensino fundamental e centros de educação especial;

f) Elevação da qualidade da rede pública municipal e estadual de ensino por meio de apoio e desenvolvimento de projetos e programas voltados à educação infantil e ao ensino fundamental e médio;

g) Redistribuição da oferta de vagas no ensino público a partir da ampliação do número de matrículas na zona rural e em bairros periféricos da zona urbana municipal;

h) Apoio a programas e promoção de projetos visando à melhoria da formação dos docentes em exercício de suas atividades no município;

i) Ampliação da oferta de educação infantil na rede pública municipal, sobretudo do número de vagas em creches.

II – Diretrizes para a saúde:

a) Promoção de programas de saúde com o objetivo de dar atenção especializada ao pré-natal, parto e pós-parto, visando à redução das taxas de mortalidade infantil;

b) Implantação de programas de prevenção e controle dos vetores causadores de doenças epidêmicas e endêmicas;

c) Ampliação do quadro funcional de profissionais de saúde em atuação no município, dando ênfase para a contratação de médicos;

d) Ampliação da cobertura da rede de atenção básica à saúde e de assistência médica básica, sobretudo com adequação do atendimento conforme a demanda existente em zonas rurais e periféricas de Porto Grande.

III – Diretrizes para a segurança pública:

a) Criação do Conselho Municipal de Segurança Pública;

b) Criação da Guarda Municipal de Porto Grande, instituição com responsabilidade de policiar de forma preventiva e comunitária, integrando-se às demais forças policiais em atuação no município;

c) Implantação de projetos educacionais e de esporte e lazer com vistas à diminuição dos índices de delinquência juvenil.

IV – Diretrizes para a assistência social:

a) Contratação de profissionais especializados na área de assistência social para atendimento das demandas da população de Porto Grande considerada como em estado de vulnerabilidade social;

b) Consolidação do Sistema Municipal de Emprego – SIME, de forma a integrar os dados da população migrante à oferta de postos de trabalho e de cursos de qualificação profissional;

c) Articulação da política de assistência social municipal à federal, com vistas a aumentar o número de convênios que permitem o funcionamento de programas de transferência de renda e de melhoria da qualidade de vida da população socialmente vulnerável.

d) Elaboração de um levantamento socioeconômico abrangendo as informações necessárias à consecução das políticas públicas de assistência social e de geração de renda.

V – Diretrizes para a agropecuária:

a) Dinamização da agricultura familiar, predominante em Porto Grande, com fomento ao acesso a crédito e à assistência técnica;

b) Promoção das atividades agropecuárias de apoio técnico ao produtor rural e melhoria das condições de escoamento da produção, visando incrementar a produção familiar para consumo e comercialização;

c) Promoção das atividades agropecuárias de apoio técnico, visando à racionalização da pecuária extensiva de leite e corte, ampliando o número de animais por hectare, o manejo de pastagens e a implantação de Sistemas Agrosilviflorestais;

d) Incentivo ao intercâmbio com programas do Governo Federal, notadamente aqueles que promovam a integração entre municípios que fazem fronteira entre si.

e) Fomento à implantação de um laboratório de análises agropecuárias como apoio ao serviços de assistência técnica rural da região.

f) Definição e melhoria dos corredores de escoamento da produção agrícola.

g) Promoção da criação de animais silvestres, apicultura e aquicultura.

VI – Diretrizes para a indústria:

a) Apoio e estímulo para a implantação de unidades industriais de baixo impacto ambiental no município por meio de fomento financeiro e fiscal às pequenas indústrias que adotem práticas sustentáveis;

b) Fomento para a constituição de redes de cooperação entre produtores agrícolas e pequenos industriais para a implantação de agroindústrias de pequeno porte na área rural, visando à agregação de valor à produção agropecuária municipal.

VII – Diretrizes para o comércio e serviços:

a) Atração de investimentos privados para a ampliação da oferta de serviços de saúde e educação;

b) Controle e incentivo para a formalização do transporte alternativo;

c) Incentivo para a modernização das unidades comerciais existentes e fomento à implantação de grandes lojas de mercado regional capazes de fortalecer Porto Grande como polo de atração de consumidores de municípios próximos.

VIII – Diretrizes para o turismo:

a) Fomento ao ecoturismo a partir da divulgação da beleza cênica e natural de Porto Grande, dos rios e balneários, com ênfase no alto percentual florestal sob proteção e/ou conservação no município;

b) Ampliação e modernização da rede hoteleira no município e melhoria das instalações de estabelecimentos que ofertam alimentação e serviços essenciais ao turismo;

IX – Diretrizes para as finanças públicas:

a) Expansão das receitas próprias no total de receitas do município;

b) Adoção de uma política de captação de recursos efetiva, visando ampliar o número de repasses e o valor dos mesmos em termos de transferências constitucionais ou voluntárias.

Art. 9º. As diretrizes do eixo ambiental são:

I – Definição das áreas de proteção ambiental na área urbana, implantando marcos físicos para o monitoramento e para a fiscalização ambiental quando houver necessidade;

II – Elaboração de inventário dos maciços de vegetação significativos para a

proteção na área urbana do município;

III – Elaboração do plano de arborização pública para a área urbana do município, incluindo a sede do Distrito de Cupixi e Vila Nova, priorizando o uso de espécies nativas com porte compatível com a infraestrutura urbana;

IV – Elaboração do plano de manejo para os parques urbanos definidos pelo Plano Diretor;

V – Recuperação da vegetação de fundo de vale degradada pela ocupação antrópica;

VI – Desativação do cemitério da área central, localizado em região muito próxima ao futuro reservatório, e implantação de um novo cemitério em região propícia para o uso;

VII – Mapeamento de pontos críticos de risco de inundação nas áreas urbanas do município;

VIII – Promoção da fiscalização efetiva da exploração de seixo do leito do rio Araguari;

IX – Priorização dos esforços e investimentos para o cumprimento das normas necessárias para a manutenção do convênio de descentralização do licenciamento e monitoramento ambiental realizado com o Estado do Amapá;

X – Dotação da Secretaria do Meio Ambiente dos equipamentos e contratação de profissionais qualificados necessários para a fiscalização ambiental na área urbana e rural.

XI – Incorporação às políticas setoriais do conceito da sustentabilidade e das abordagens ambientais;

XII – Promoção da educação ambiental como instrumento para sustentação das políticas públicas ambientais, buscando a articulação com as demais políticas setoriais;

XIII – Promoção da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais por meio do planejamento e do controle ambiental;

XIV – Promoção do manejo da vegetação urbana, de forma a garantir a proteção das áreas de interesse ambiental e a diversidade biológica natural;

XV – Execução de programas de reabilitação das áreas de risco.

Art. 10. As diretrizes do eixo institucional são:

I – Elaboração e implantação de um cadastro multifinalitário da área urbana da sede e dos distritos, incluindo o levantamento e a demarcação física dos limites dos lotes;

II – Implantação de um Sistema Único de Informações, integrando os dados e procedimentos das unidades de administração pública municipal;

III – Implantação de um Sistema de Gestão do Uso e Ocupação do Solo integrado às outras funções afins da administração pública municipal, observando minimamente:

a) A utilização de equipamentos adequados e softwares de geoprocessamento, de forma a possibilitar o controle e o monitoramento contínuo do crescimento da malha urbana da sede municipal e dos distritos, bem como da dinâmica fundiária e ambiental da área rural;

b) A qualificação de profissionais para a utilização dos equipamentos e softwares de geoprocessamento;

c) A integração do sistema de geoprocessamento ao cadastro multifinalitário e ao Sistema Único de Informações.

IV – Implantação de um programa de qualificação profissional voltado aos servidores da administração pública com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento:

a) Administração pública;

b) Gestão do uso e ocupação do solo, abarcando a utilização de instrumentos urbanísticos e de fiscalização urbanística;

c) Gestão ambiental, incluindo as bases jurídicas para o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização de atividades impactantes;

d) Gestão de pessoas, voltado para a administração pública.

V – Revisão das leis do Código de Posturas e do Código Ambiental com vistas à adequação em relação ao Plano Diretor, bem como para a compatibilização entre os instrumentos legais existentes;

VI – Revisão da estrutura administrativa municipal, contemplando minimamente:

a) Realização de um diagnóstico institucional com o objetivo de adequar a estrutura administrativa às reais necessidades da administração, incluindo as novas demandas provenientes da implantação do Plano Diretor;

b) Proposição de processos e procedimentos com vistas ao aumento da eficiência e eficácia da administração pública;

c) Instituição de dispositivo institucional de comunicação e de discussão do planejamento municipal integrando as secretarias e órgãos da administração pública;

d) Levantamento das necessidades de treinamento e de desenvolvimento de pessoal;

e) Proposição de sistema de avaliação de desempenho da gestão pública municipal;

f) Compatibilização da legislação de estrutura administrativa e a estruturação real dos cargos dos órgãos municipais.

VII – Integração das ações de fiscalização de âmbito territorial atribuídas às Secretarias de Meio Ambiente, de Saúde e de Desenvolvimento Urbano, definindo os procedimentos e atribuições de cada órgão envolvido;

VIII – Atualização do levantamento de valores imobiliários e adequação da Planta de Valores Genéricos às diretrizes do Plano Diretor;

IX – Elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural e implantação do Conselho de Desenvolvimento Agrícola Rural, ambos preconizados pela Lei Orgânica Municipal, observando-se as diretrizes nela expressas;

X – Elaboração do Plano de Ação Ambiental Integrado preconizado pelo Código Ambiental Municipal.

CAPÍTULO IV
DO MACROZONEAMENTO URBANO E RURAL

Art. 11. O macrozoneamento classifica e organiza o território do município de Porto Grande em 5 (cinco) macrozonas, de acordo com as características, os objetivos e as diretrizes definidas para cada porção do território, assim denominadas:

I – Macrozona Urbana;

II – Macrozona de Indução ao Uso Agrossilvipastoril;

III – Macrozona de Conservação e Uso Sustentável;

IV – Macrozona de Uso Especial do Reservatório;

V – Macrozona de Proteção Ambiental.

Parágrafo único. O mapa de macrozoneamento, com a localização e identificação das macrozonas relacionadas nos incisos do *caput*, é parte integrante desta lei, constante do ANEXO II.

Art. 12. A Macrozona Urbana abrange o perímetro urbano e é subdividida em zonas para fins de gestão urbana.

Parágrafo único. O zoneamento, parte integrante desta lei em capítulo próprio, classifica e delimita as zonas urbanas integrantes da macrozona urbana.

Art. 13. A Macrozona de Indução ao Uso Agrossilvipastoril caracteriza-se pelas áreas do município que estão aptas às atividades agrícolas, pecuárias e silviculturais.

§1º A exploração dos recursos na Macrozona de Indução ao Uso Agrossilvipastoril deve ser orientada pelo Plano de Desenvolvimento Agrícola e Rural e pelas deliberações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Rural, conforme art. 212, parágrafo único, e art. 216 da Lei Orgânica do município de Porto Grande.

§2º São objetivos da Macrozona de Indução ao Uso Agrossilvipastoril:

I – Manter e incentivar as atividades agrossilvipastoris, visando o desenvolvimento social e territorial sustentável;

II – Aumentar a produtividade agrícola incentivando o melhor manejo dos solos, o correto uso de insumos, bem como melhorando o nível tecnológico do produtor rural e a eficiência da assistência técnica rural;

III – Ordenar e monitorar o uso e a ocupação do solo rural de acordo com o Zoneamento Agroecológico do Município de Porto Grande;

IV – Recuperar e preservar os remanescentes vegetais e a mata ciliar.

Art. 14. A Macrozona de Conservação e Uso Sustentável caracteriza-se pelas áreas do município incluídas na Floresta Estadual do Amapá (FLOTA) e na Floresta Nacional do Amapá (FLONA), criadas, respectivamente, pela Lei n.º 1.028, de 12 de julho de 2006, do Estado do Amapá, e o Decreto-Lei Federal n.º 97.630, de 10 de abril de 1989.

Parágrafo único. São objetivos da Macrozona de Conservação e Uso Sustentável:

I – Promover o uso sustentável mediante a exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis, de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

II – Promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção sustentável da floresta;

III – Garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas e dos sítios históricos e arqueológicos;

IV – Fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo.

Art. 15. A Macrozona de Uso Especial do Reservatório caracteriza-se pela área do futuro reservatório da UHE Cachoeira Caldeirão e do perímetro definido pelo respectivo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA), acolhendo e recepcionando integralmente as regras de uso definidas no plano.

Parágrafo único. O objetivo da Macrozona de Uso Especial do Reservatório é incentivar o uso múltiplo das águas do reservatório com vistas ao abastecimento para o consumo humano, à recreação, à irrigação, à aquicultura e à pesca, à navegação e à harmonia paisagística.

Art. 16. A Macrozona de Proteção Ambiental caracteriza-se pelas Áreas de Proteção Permanentes (APP) definidas pela legislação federal e estadual pertinentes.

§1º O objetivo da Macrozona de Proteção Ambiental é preservar a biodiversidade, os recursos hídricos, as belezas naturais e o equilíbrio ecológico, evitando a poluição das águas, do solo e do ar.

§2º Fica proibida nesta macrozona a exploração econômica:

I – Em locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias;

II – Em locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçados de extinção que constem de decreto municipal;

III – Nas praias, e em locais de nidificação e reprodução da fauna silvestre.

§3º Fica proibida nesta macrozona a exploração de seixo e areia.

CAPÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

Art. 17. Leis municipais específicas, baseadas neste Plano Diretor, poderão

determinar a aplicação dos instrumentos descritos nos artigos 28, 29, 32 e 35 da Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, no interior da macrozona urbana.

SEÇÃO I
DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 18. O município de Porto Grande tem preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares quando estiver incluído em área prioritária delimitada pela lei de uso e ocupação do solo ou lei municipal específica.

§1º A lei que delimitar a área para o exercício do direito de preempção deve fixar o prazo de vigência, não superior a 5 (cinco) anos, renovável a partir de 1 (um) ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§2º O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do §1º, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

§3º O direito de preempção será exercido para a aquisição de áreas para:

I – Regularização fundiária;

II – Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III – Constituição de reserva fundiária;

IV – Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V – Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII – Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII – Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

§4º As finalidades previstas no parágrafo anterior deverão estar previstas para as áreas prioritárias demarcadas para o exercício do direito de preempção.

Art. 19. O proprietário de imóvel inserido em área prioritária demarcada para o exercício do direito de preempção deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

§1º À notificação mencionada no *caput* será anexada proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§2º O município fará publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida nos termos do *caput* e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§3º Transcorrido o prazo mencionado no *caput* sem manifestação, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta

apresentada.

§4º Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao município, no prazo de trinta dias, cópia do instrumento público de alienação do imóvel.

§5º A alienação processada em condições diversas da proposta apresentada é nula de pleno direito.

§6º Ocorrida a hipótese prevista no §5º, o município poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

SEÇÃO II
ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 20. As atividades ou empreendimentos considerados de grande ou especial impacto devem ser submetidos, para fins de licenciamento municipal, ao Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), que deve incluir, pelo menos, a análise das seguintes questões referentes à instalação da atividade no local pretendido:

I – adensamento populacional;

II – equipamentos urbanos e comunitários;

III – uso e ocupação do solo;

IV – valorização imobiliária;

V – geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI – ventilação e iluminação;

VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural

§1º As atividades classificadas como inadequadas para instalação no eixo ou zona requerido pelo interessado não podem ser submetidas a Estudo de Impacto de Vizinhança para a obtenção de licenciamento.

§2º Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão municipal responsável pelo licenciamento, por qualquer interessado.

§3º O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) será apresentado em uma audiência pública que deverá ter a participação da população diretamente afetada pela atividade, em uma distância de 500 (quinhentos) metros a partir dos limites do terreno do empreendimento.

§4º Após a realização dos estudos e da audiência pública, os resultados serão apresentados em um Relatório de Impacto de Vizinhança, que será submetido à apreciação do órgão municipal responsável pelo licenciamento de atividades.

§5º Se o Relatório de Impacto de Vizinhança contiver todos os itens previstos para o estudo, indicados no caput, tiver sido aprovado em audiência pública, e tiver

atendido às demais disposições previstas em lei, será aprovado pelo órgão municipal responsável pelo licenciamento.

§6º Caso o órgão municipal responsável pelo licenciamento identifique, no Relatório de Impacto de Vizinhança, incorreções e omissões ou, no requerimento do interessado, qualquer circunstância que implique em inadequação da atividade com a legislação municipal, deverá encaminhar ao interessado os problemas identificados e as exigências de correção, se houver, para nova análise por parte do órgão.

§7º Caso as exigências do parágrafo anterior resultem de inadequações do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança ou do Relatório de Impacto de Vizinhança, o órgão municipal de licenciamento poderá exigir a realização de nova audiência pública para apresentação do estudo corrigido antes de proceder à nova análise do Relatório de Impacto de Vizinhança.

§8º Se o Estudo de Impacto de Vizinhança tiver sido rejeitado em audiência pública ou se o relatório contiver incorreções ou omissões que não tenham sido corrigidas mesmo após solicitação do órgão municipal de licenciamento ou se persistirem motivos que impossibilitem a admissão da atividade nos termos requeridos, o órgão deverá rejeitar o requerimento.

§9º Após a aprovação pelo órgão municipal responsável pelo licenciamento, o Relatório de Impacto de Vizinhança deverá ser apreciado pelo Conselho da Cidade de Porto Grande, que emitirá parecer de aprovação ou rejeição da instalação da atividade.

§10º São consideradas atividades de grande ou especial impacto aquelas relacionadas em ato específico aprovado pelo Conselho da Cidade de Porto Grande.

CAPÍTULO VI
DAS DIRETRIZES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Art. 21. A regularização fundiária em áreas urbanas, prevista pela Lei Federal N° 11.952, de 25 de junho de 2009, deverá respeitar as seguintes diretrizes:

I – Devem ser garantidas as faixas de domínio necessárias ao sistema viário urbano e dos recuos previstos pelos parâmetros urbanísticos, nos termos estabelecidos na lei municipal específica que defina o sistema viário urbano, vedada a autorização de novas construções sobre a faixa de domínio aprovada em lei;

II – Os terrenos e lotes resultantes da regularização fundiária deverão ser limitados pela faixa de domínio do sistema viário urbano aprovada em lei, vedado o avanço de terrenos ou lotes sobre a faixa de domínio;

III – Será tolerada, durante prazo estabelecido em lei específica, a ocupação pré-existente sobre a faixa de domínio do sistema viário urbano, quando esta tiver sido realizada antes da aprovação da lei que estabelece as dimensões do sistema viário urbano;

IV – É proibida a outorga de alvará de reforma ou construção sobre a faixa de domínio do sistema viário urbano definida em lei, inclusive para os atuais ocupantes da

referida faixa que somente poderão realizar novas construções ou reformas no interior do respectivo lote regularizado;

V – Devem ser garantidas as áreas públicas e de uso institucional previstas em projeto específico da área urbana e de expansão urbana.

Parágrafo único. Após o término do prazo mencionado pelo inciso III deste artigo, não será mais tolerada a ocupação sobre o sistema viário, e será exigido do ocupante que:

a) Respeite integralmente a faixa de domínio do sistema viário urbano estabelecida em lei; e

b) Recue sua edificação até o limite estabelecido de seu lote regularizado.

TÍTULO II
DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

Art. 22. O Sistema de Planejamento e Gestão Urbana é formado por:

I – Conferência da Cidade de Porto Grande;

II – Conselho da Cidade de Porto Grande;

III – Audiências públicas;

IV – Consultas públicas;

V – Oficinas de participação;

VI – Órgão Executor do Planejamento e Gestão Urbana;

VII – Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

VIII – Sistema de Informações do Planejamento e Gestão Urbana; e

IX – Cadastro Multifinalitário.

Parágrafo único. O Sistema de Planejamento e Gestão Urbana cumpre as funções do Sistema de Acompanhamento e Controle exigido pelo inciso III do art. 42 da Lei Federal N° 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 23. A Conferência da Cidade de Porto Grande será realizada a cada 2 (dois) anos, e terá como objetivos:

I – Avaliar as diretrizes e os objetivos do Plano Diretor;

II – Avaliar a aplicação e os impactos da execução das normas contidas nesta lei e em outras leis complementares ou afins e sugerir o seu aperfeiçoamento;

III – Debater e sugerir prioridades para a política urbana;

IV – Analisar propostas de alteração ou revisão do Plano Diretor.

Art. 24. O Conselho da Cidade de Porto Grande será formado por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) indicados pelo poder público, e 10 (dez) indicados pela sociedade civil, e terá caráter deliberativo.

§1º É competência do Conselho da Cidade de Porto Grande:

I – Apreciar propostas de revisão deste Plano Diretor;

II – Emitir parecer a respeito de questões omissas na legislação urbana;

III – Convocar a Conferência da Cidade de Porto Grande;

IV – Aprovar seu regimento interno;

V – Emitir parecer sobre projetos de lei de alteração deste Plano Diretor.

§2º Os conselheiros indicados pelo poder público serão:

a) 5 (cinco) membros indicados pela Câmara de Vereadores de Porto Grande, por ato de sua mesa diretora;

b) 5 (cinco) membros indicados pela Prefeitura Municipal de Porto Grande, por meio de portaria expedida pelo chefe do Poder Executivo.

§3º Os conselheiros representantes da sociedade civil serão eleitos em Conferência da Cidade de Porto Grande nos termos de regulamento aprovado em lei municipal, terão mandato de 2 (dois) anos contados da posse e serão nomeados por decreto do Prefeito.

TÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. No prazo de até 12 (doze) meses após a entrada em vigor deste Plano Diretor, o município deverá adotar as medidas necessárias para:

I – A criação e constituição dos seguintes conselhos, bem como a nomeação de seus membros:

a) Conselho da Cidade de Porto Grande, previsto pelo art. 21, inciso II, do Plano Diretor;

b) Conselho Municipal de Segurança Pública, previsto pelo art. 7º, inciso III, alínea "a", do Plano Diretor;

II – A atualização e adequação da Planta de Valores Genéricos às diretrizes do Plano Diretor;

III – A implantação do programa de qualificação profissional voltado aos servidores da administração pública, conforme disposto no art. 10, inciso IV deste Plano Diretor;

IV – A elaboração de lei específica de Regularização Fundiária de Áreas Urbanas.

Art. 26. No prazo de até 24 (vinte e quatro) meses após a entrada em vigor deste Plano Diretor, o município deverá adotar as medidas necessárias para:

I – A elaboração e aprovação de plano para a ordenação do uso e ocupação do solo da sede urbana e do Distrito de Cupixi, conforme previsão do art. 5º, inciso XIII e alíneas deste Plano Diretor;

II – A elaboração e aprovação dos planos de manejo dos parques urbanos previstos pelo art. 8º, inciso IV, deste Plano Diretor;

III – A elaboração e aprovação do Plano de Desenvolvimento Rural e Agrícola, adotando o conteúdo previsto pela Lei Orgânica, art. 213;

IV – A realização de cadastro multifinalitário da área urbana da sede e dos distritos, incluindo o levantamento e a demarcação física dos limites dos lotes, conforme previsto pelo art. 10, inciso I, do Plano Diretor;

V – A elaboração e aprovação do Plano de Ação Ambiental Integrado.

Art. 27. O perímetro urbano definido nesta lei deverá ser revisado após a elaboração e aprovação do plano de manejo do Parque Municipal e sua respectiva delimitação definitiva.

Art. 28. Os demais dispositivos desta lei que dependam de regulamentação devem ser regulamentados no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 29. Fazem parte integrante desta lei os seguintes anexos:

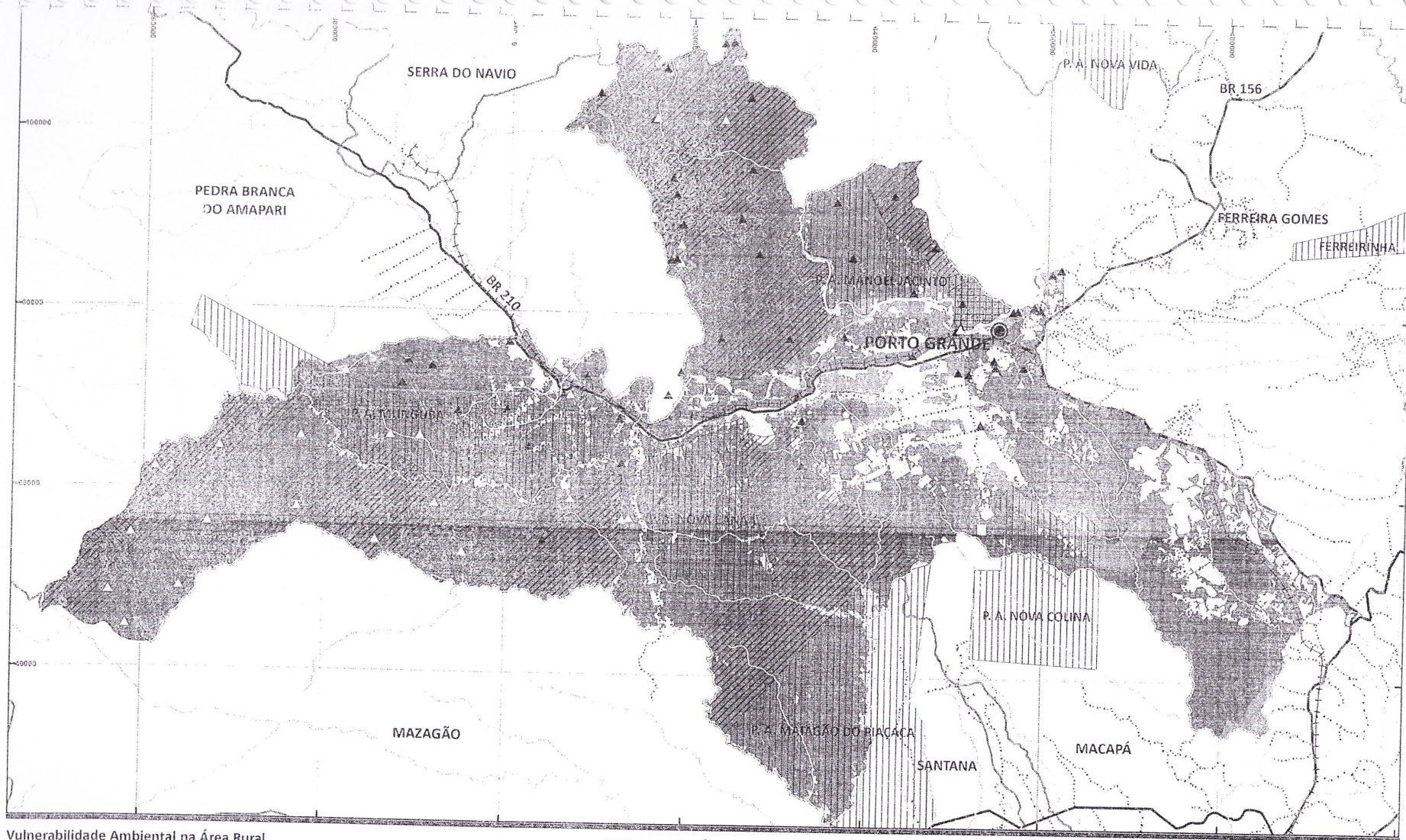
I – Anexo I – Perímetro Urbano;

II – Anexo II – Mapa de Macrozoneamento da Área Urbana e Rural.

Art. 30. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO ELIAS DE FREITAS TRAJANO, SEDE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM 02 DE JUNHO DE 2014.

Antonio de Sousa Pereira
Prefeito de Porto Grande/AP



Vulnerabilidade Ambiental na Área Rural

Fonte: AHE FERREIRA GOMES - EIA 2011/ INCRA 2012 / DNPM 2012

- Autorização de Pesquisa
- Concessão de Lavra
- Disponibilidade
- Requerimentos
- Uso Antrópico
- Poluição Difusa - Rodovias/Ferrovias
- Assentamentos
- Floresta Estadual
- Floresta Nacional
- RPPN Seringal do Triunfo
- Vegetação Floresta Transição
- Vegetação Floresta Terra Firme

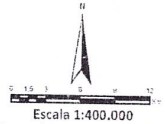
Declividades (%)

- 20 - 45
- Acima de 45

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Municipios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação





Escala 1:400.000
Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr

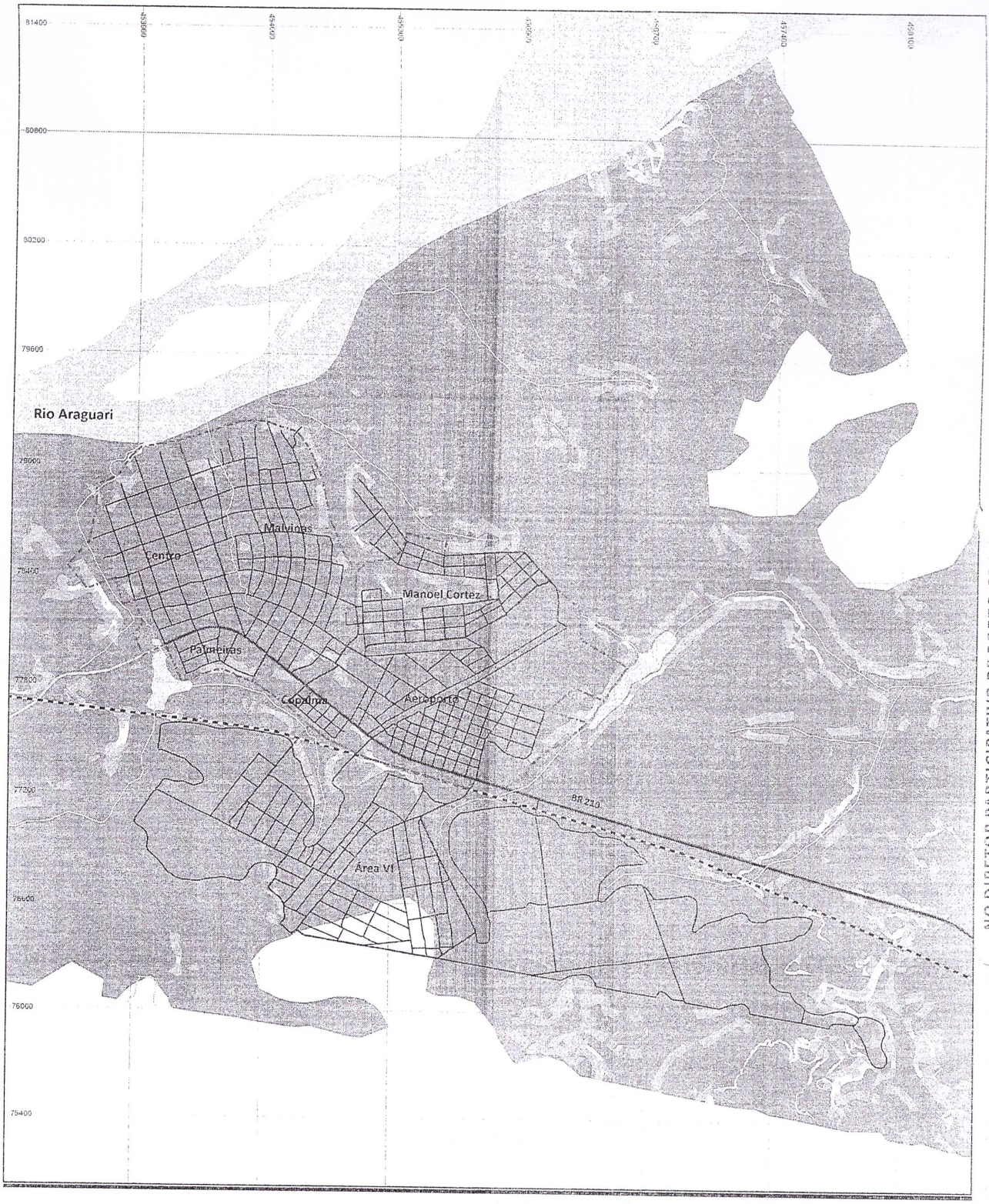
Março 2013

Prefeitura Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

VULNERABILIDADE AMBIENTAL NA ÁREA RURAL



Declividade na Área Urbana (%)
Fonte: Embrapa - 2005

- 0,00 - 5,00
- 5,00 - 10,00
- 10,00 - 20,00
- 20,00 - 30,00
- 30,00 - 50,00
- Acima de 50

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,1 0,2 0,4 0,6 0,8 Km

Escala 1:20.000

N

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51° Wgr.

Março 2013

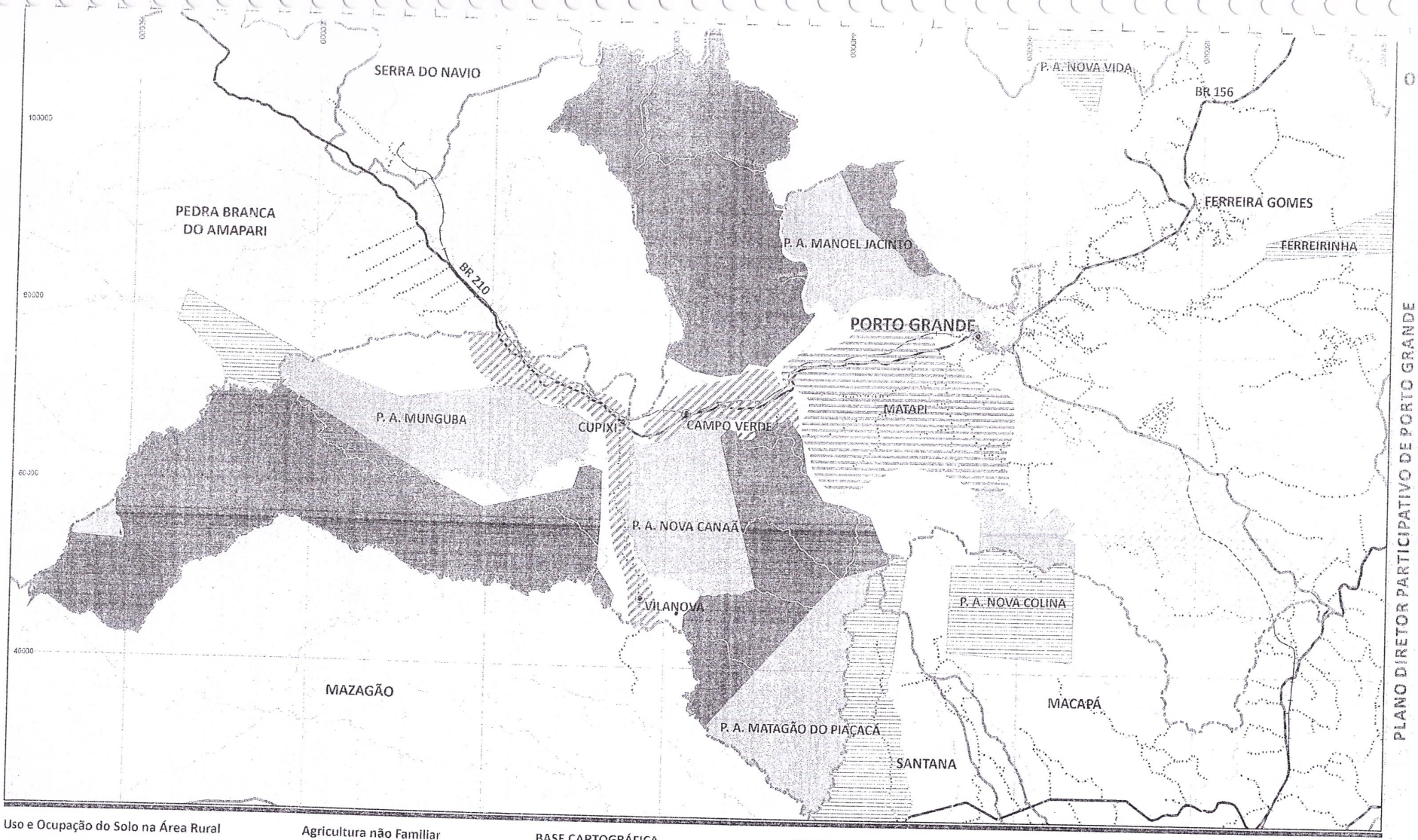
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

DECLIVIDADE NA ÁREA URBANA

NO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRAN



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

01

Uso e Ocupação do Solo na Área Rural

Agricultura Familiar

Fonte: AHE FERREIRA GOMES - EIA 2011 / INCRA 2012

- Outras Comunidades Agrícolas
- Colônia Agrícola Matapi
- Assentamentos INCRA
- Pecuária

Agricultura não Familiar

- Agricultura não Familiar

Conservação Ambiental

- RPPN Seringal do Triunfo
- Sobreposição FLOTA
- Floresta Nacional
- Floresta Estadual

BASE CARTOGRÁFICA

- Mancha Urbana
- Hidrografia
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Estrada de Ferro
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação
- Municípios do Estado do Amapá



N

Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

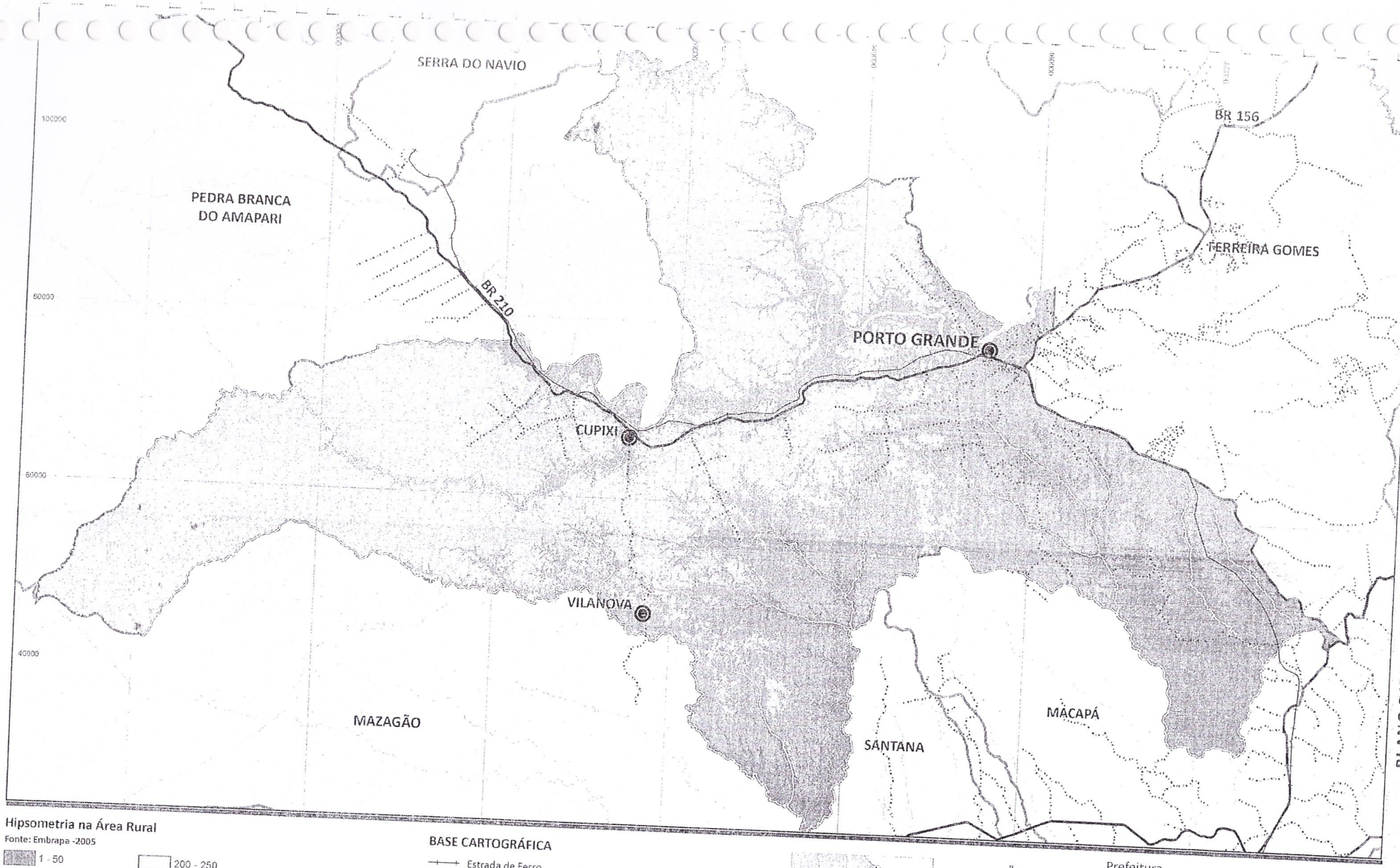
Prefeitura Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA ÁREA RURAL



02

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Hipsometria na Área Rural

Fonte: Embrapa -2005

1 - 50	200 - 250
50 - 100	250 - 300
100 - 150	300 - 350
150 - 200	350 - 395

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Massa D'Água
- Municipios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

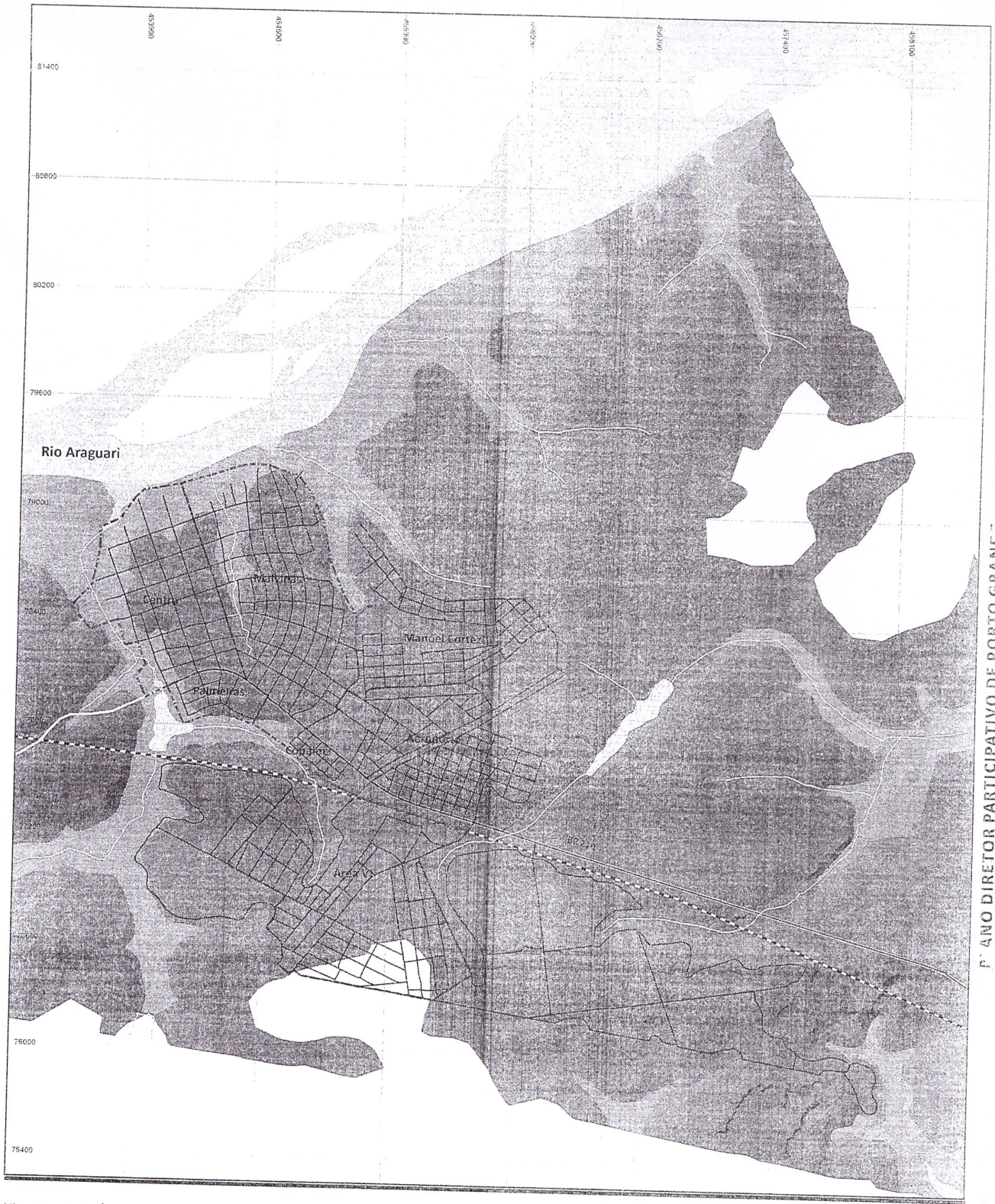
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

HIPSOMETRIA NA ÁREA RURAL



Hipsometria na Área Urbana (metros)
Fonte: Embrapa - 2005

- 85 - 95
- 75 - 85
- 65 - 75
- 55 - 65
- 45 - 55
- 35 - 45
- 25 - 35
- 15 - 25
- 5 - 15

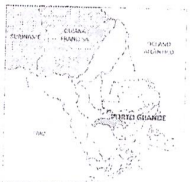
BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,1 0,2 0,4 0,6 0,8 Km

Escala 1:20.000

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51° Wgr.

Março 2018

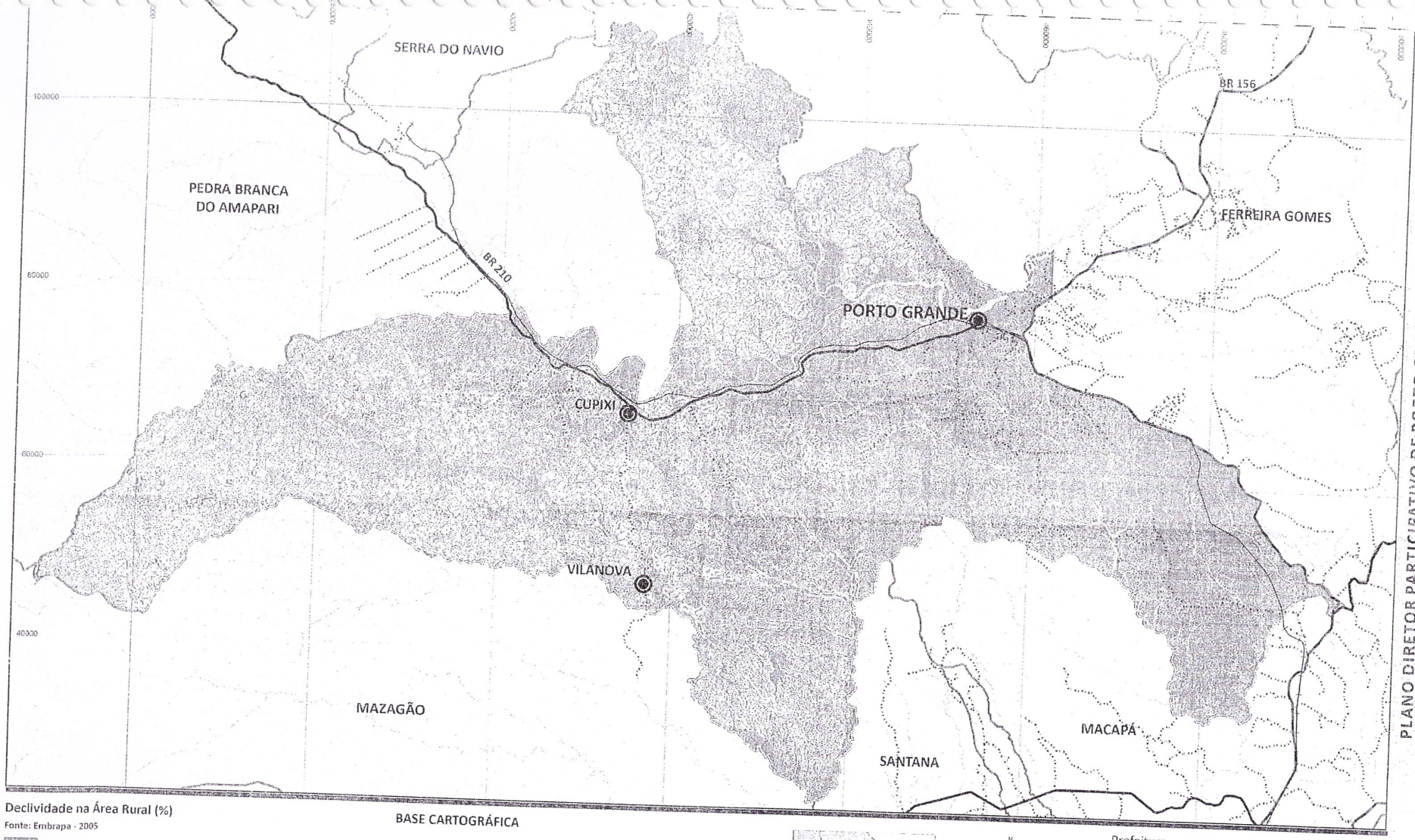
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

HIPSOMETRIA NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Declividade na Área Rural (%)

Fonte: Embrapa - 2005

- 0 - 5
- 5 - 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- 30 - 40
- 40 - 65

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Massa D'Água
- Municipios do Estado do Amapá
- Ramais Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



N

Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N

Datum Horizontal: SAD 69

Datum Vertical: Imbituba SC

Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

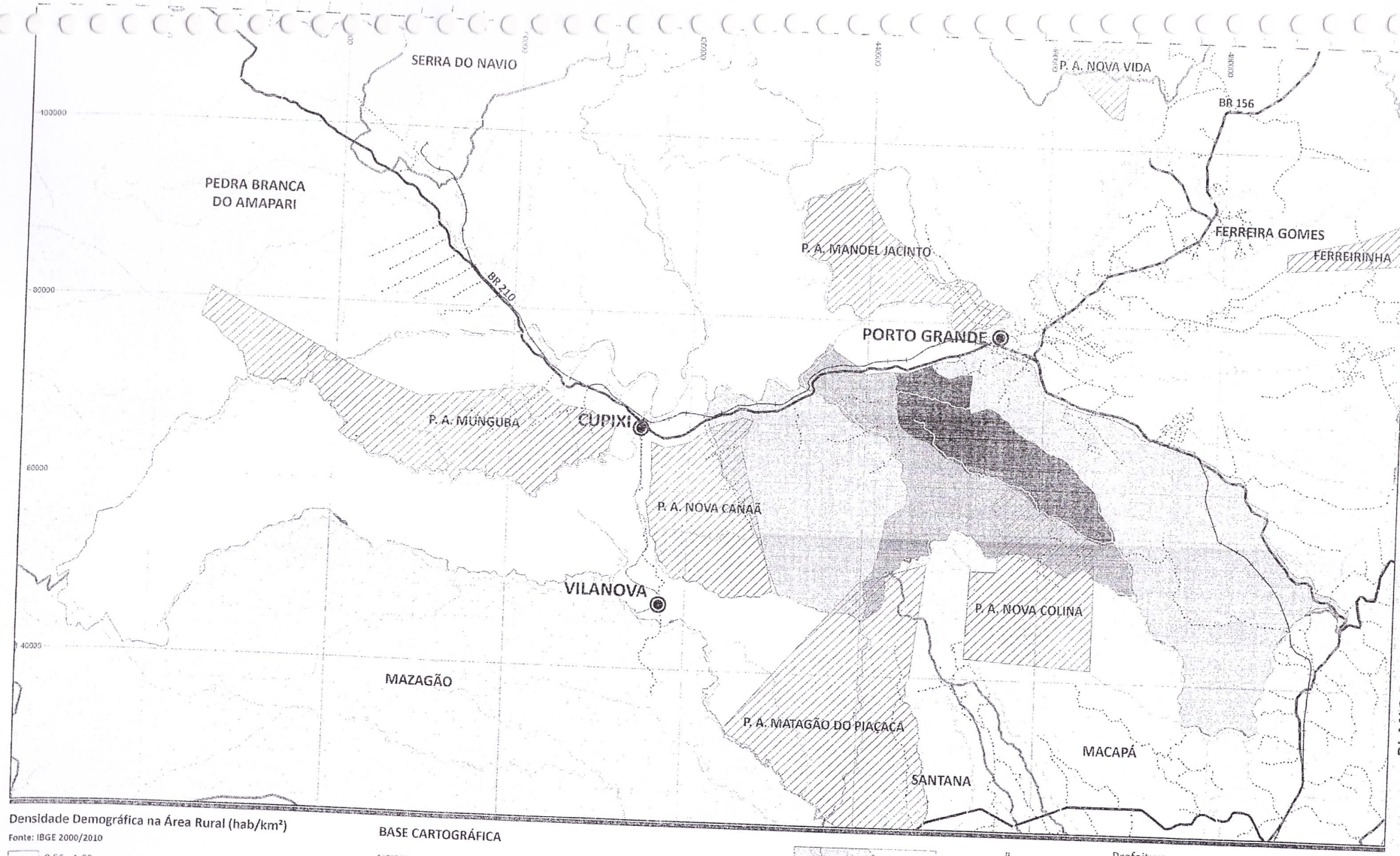
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

DECLIVIDADE NA ÁREA RURAL



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Densidade Demográfica na Área Rural (hab/km²)

Fonte: IBGE 2000/2010

- 0,56 - 1,00
- 1,01 - 1,50
- 1,51 - 2,00
- 2,01 - 2,50
- 2,51 - 5,00
- 5,01 - 570,22

BASE CARTOGRÁFICA

- Assentamento do INCRA
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Municípios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



N

Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

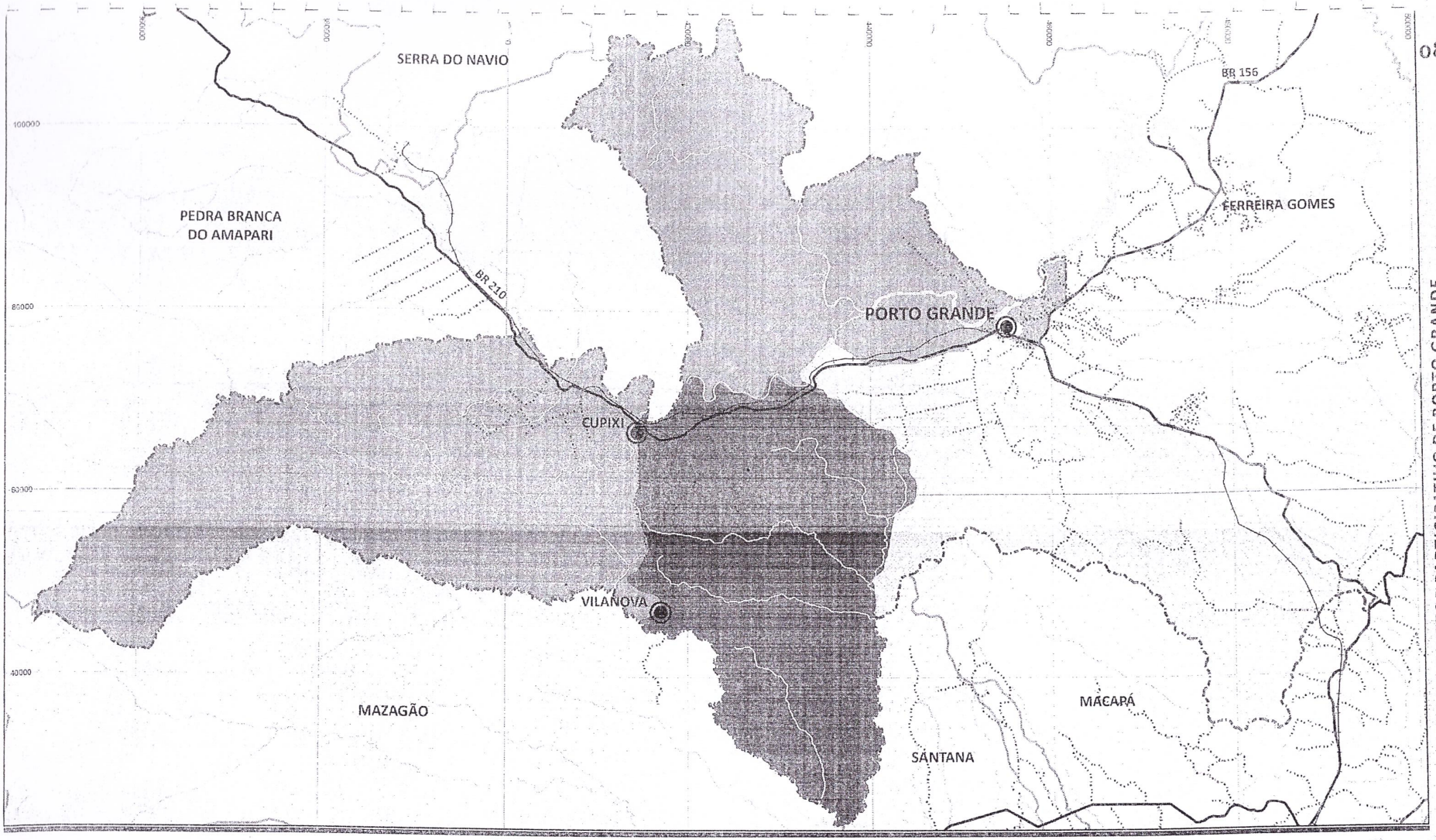
Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

DENSIDADE DEMOGRÁFICA NA ÁREA RURAL



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Variação Demográfica na Área Rural (%)

Taxa Anual da Variação Populacional 2000 - 2010

Fonte: IBGE 2000/2010

- -0,01
- 3,7 - 3,8
- 12,60

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Municípios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N

Datum Horizontal: SAD 69

Datum Vertical: Imbituba SC

Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

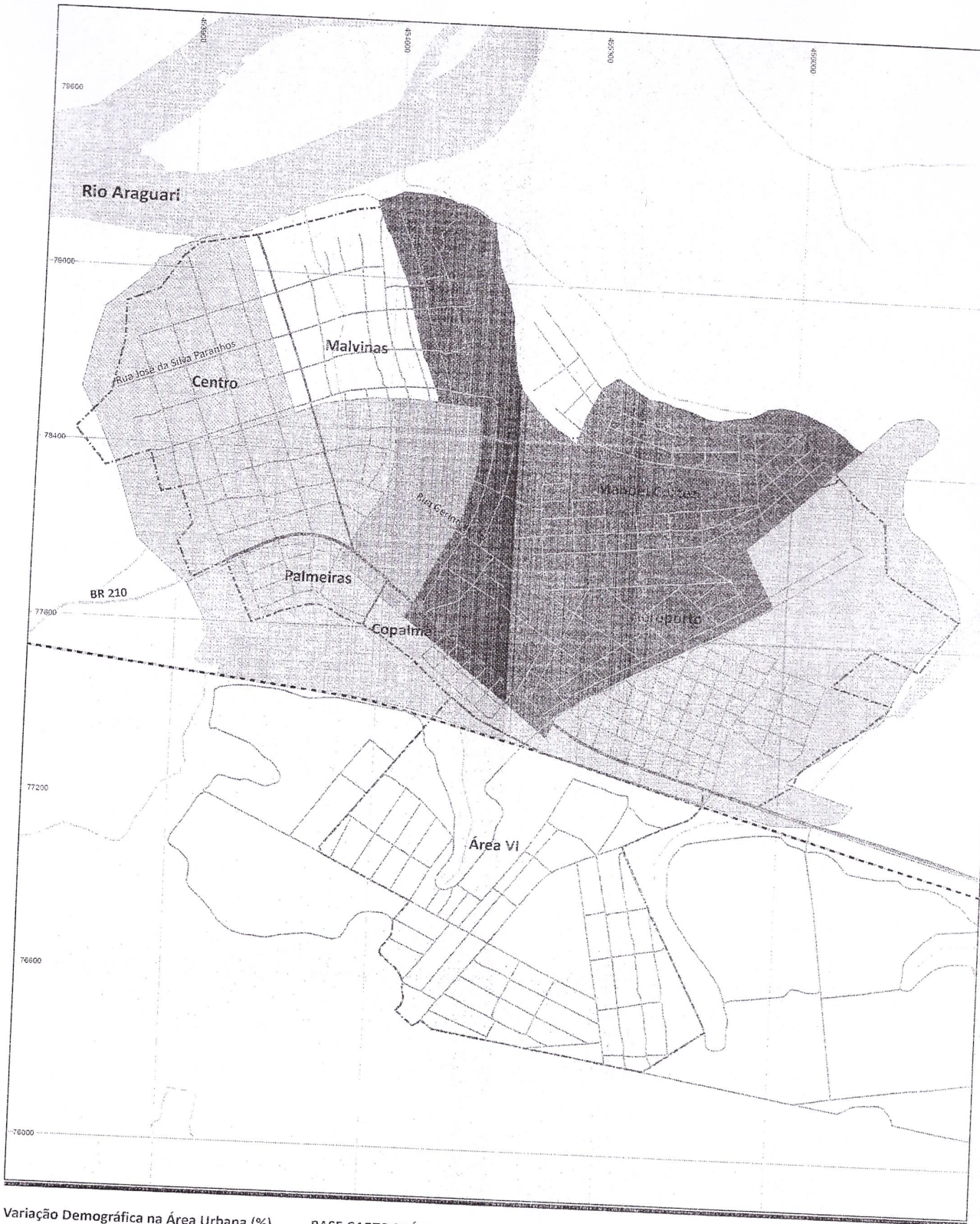
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA NA ÁREA RURAL



Variação Demográfica na Área Urbana (%)

Taxa Anual de Variação Populacional 2000 - 2010

Fonte: IBGE 2000/2010

- -0,19%
- 0,46%
- 4,00 - 6,00%
- 9,70%
- 11,56%

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 km

Escala 1:12.500

N

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

Plano Diretor Participativo

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA NA ÁREA URBANA

ANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GR



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Uso do Solo na Área Urbana
Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

- Comercial
- Misto
- Habitacional
- Poder Público
- Serviços Públicos
- Lazer
- Potencialmente Poluente
- Religioso
- Abandonado
- Em Obra
- Sem Informação

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatorio Projetado
- Massa D'Água
- Remanescentes Florestais
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500

N

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

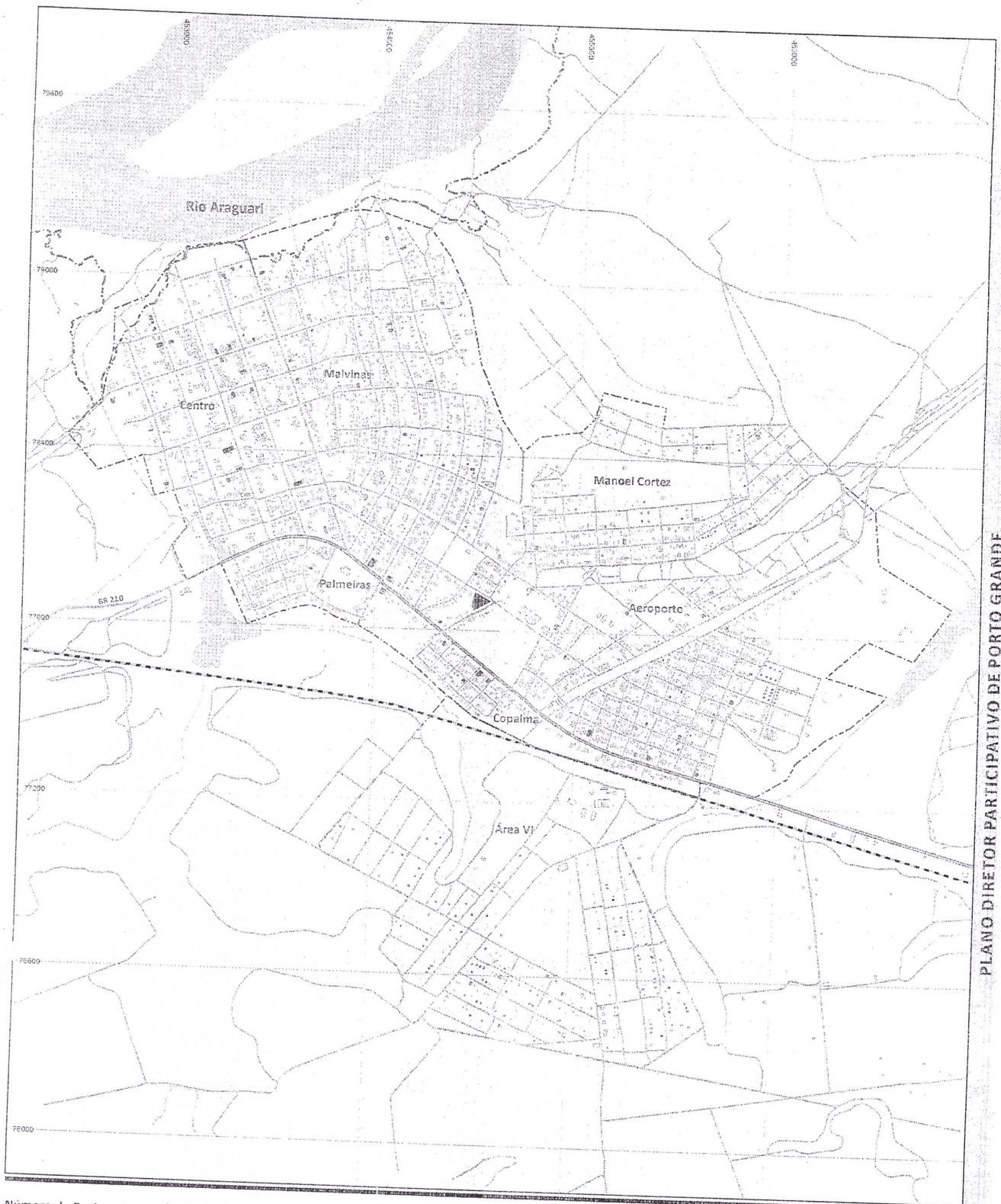
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

USO DO SOLO NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Número de Pavimentos na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

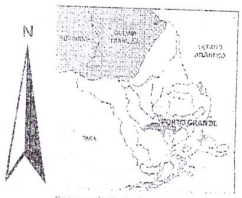
- Em Obra
- Sem Informação
- Um Pavimento
- Dois Pavimentos
- Três Pavimentos

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

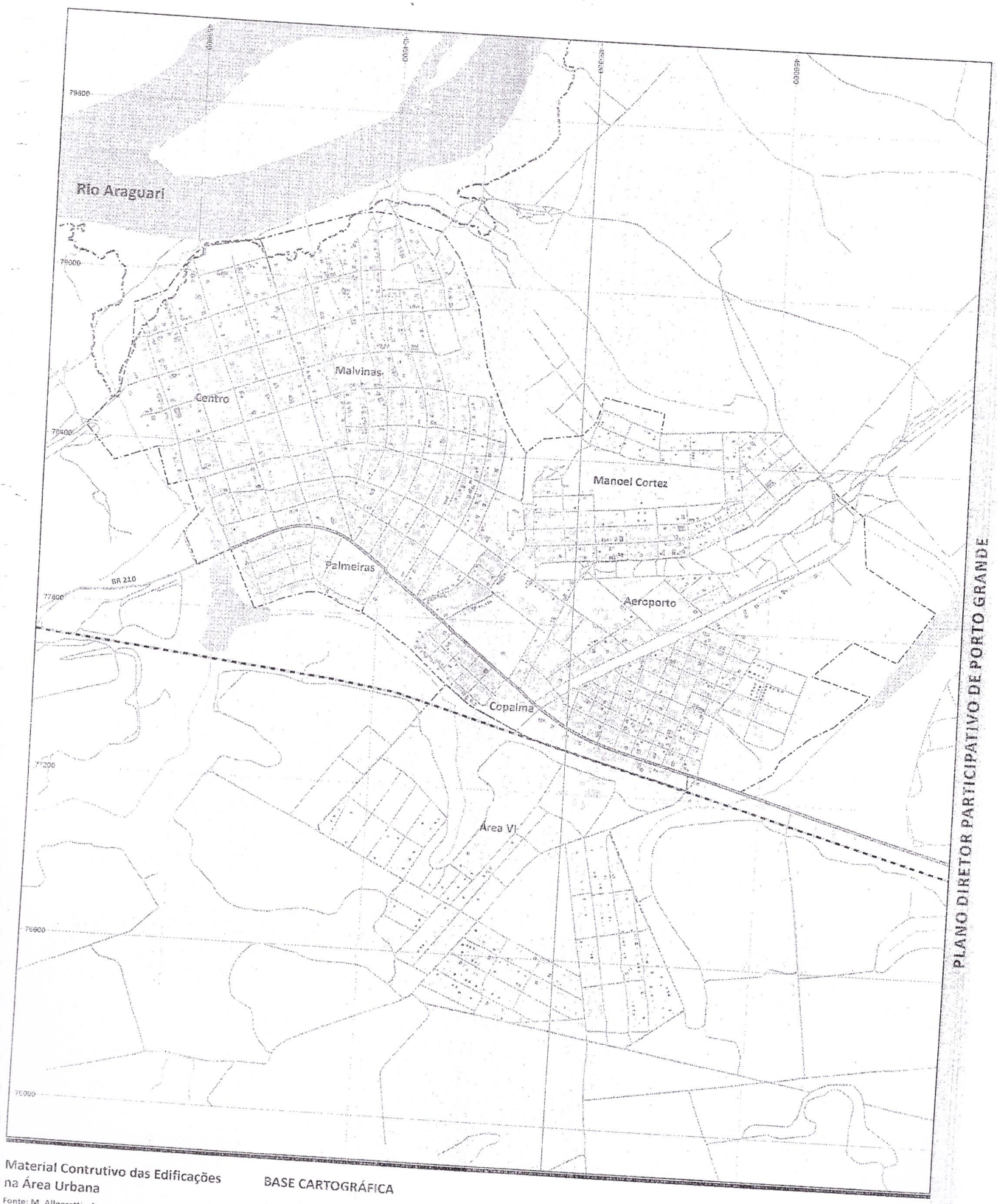
Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

NÚMERO DE PAVIMENTOS NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Material Contrutivo das Edificações na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

- Em Obra
- Sem Informação
- Alvenaria
- Madeira

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 km

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

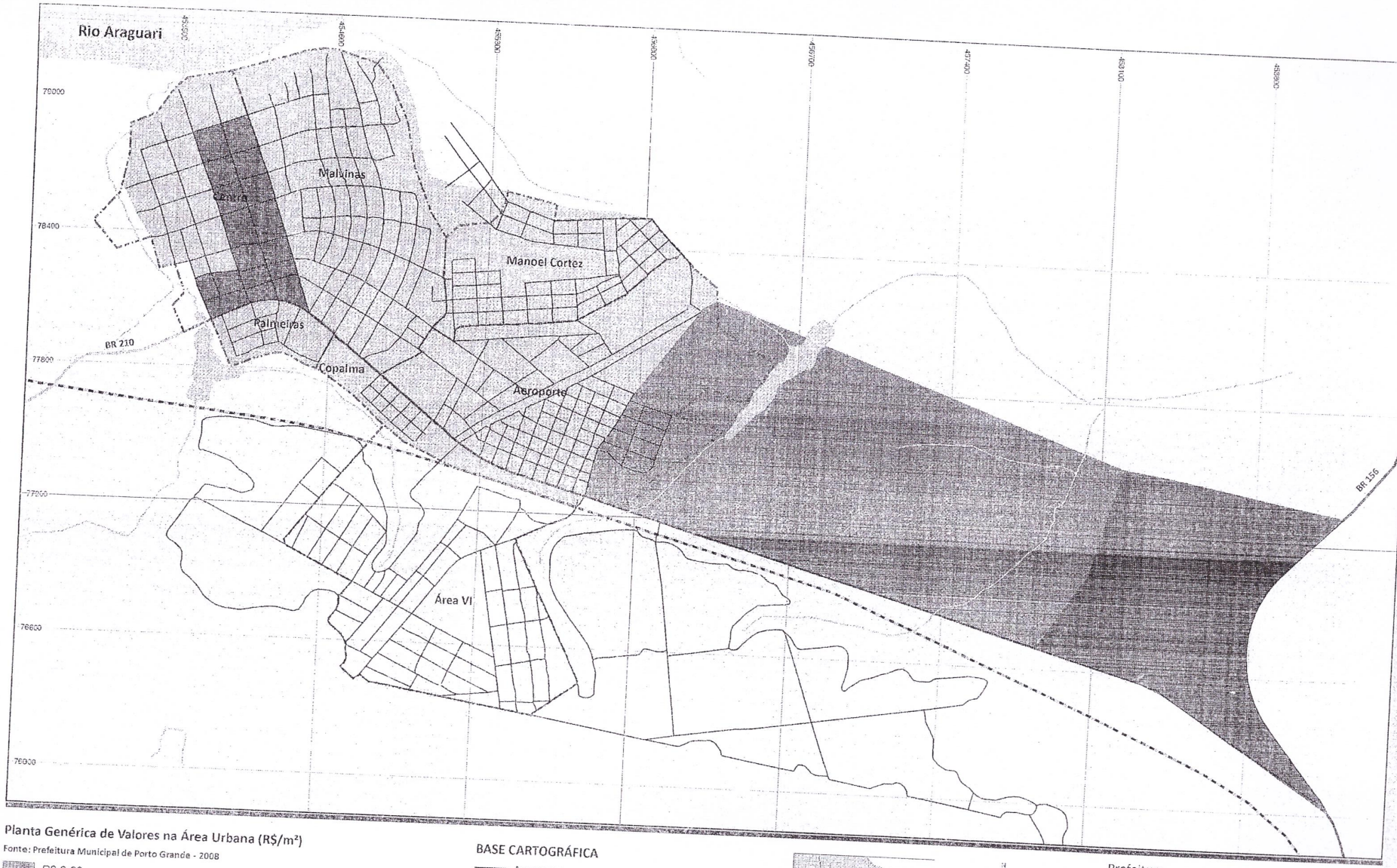
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

MATERIAL CONSTRUTIVO DAS EDIFICAÇÕES NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Planta Genérica de Valores na Área Urbana (R$/m²)

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Grande - 2008

- R$ 0,90
- R$ 1,80
- R$ 2,20
- R$ 3,10

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



Escala 1:16.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

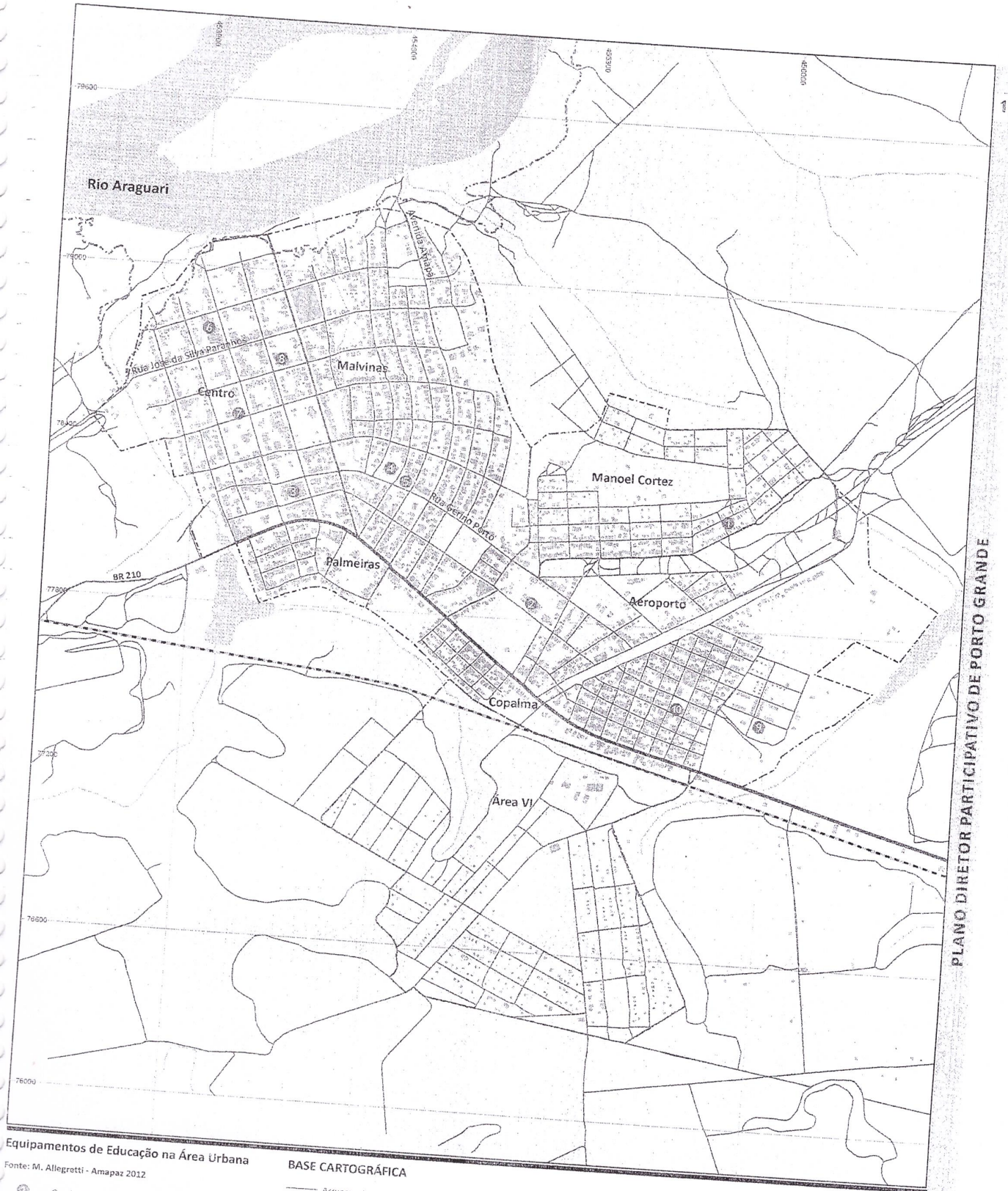
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

PLANTA GENÉRICA DE VALORES DA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Equipamentos de Educação na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

1. Creche Municipal no Bairro Manoel Cortez
2. Escola Estadual Elias de Freitas Trajano
3. Escola Estadual Maria Cristina
4. Escola Estadual Ribamar Teixeira
5. Escola Estadual Ribamar Teixeira - Anexo
6. Escola Municipal Acre
7. Escola Municipal Acre - Anexo I
8. Escola Municipal Acre - Anexo II
9. Escola Municipal Adão Ferreira de Souza (Em Construção)
10. Escola Municipal Adão Ferreira de Souza (Prédio Atual)

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Edificações
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Agua
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO NA ÁREA URBANA



Equipamentos de Educação na Área Urbana

Ensino Infantil

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

- Creche Municipal no Bairro Manoel Cortez
- Escola Municipal Acre
- Escola Municipal Acre - Anexo II
- Escola Municipal Adão Ferreira de Souza (Em Construção)
- Escola Municipal Adão Ferreira de Souza (Prédio Atual)

Raio de Abrangência das Escolas de Ensino Infantil (R=500m)

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Edificações
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500

N

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51° WGr.

Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Equipamentos de Educação na Área Urbana

Ensino Fudamental 1ª a 4ª Série

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

- Escola Estadual Ribamar Teixeira
- Escola Estadual Ribamar Teixeira - Anexo
- Escola Municipal Acre - Anexo I
- Escola Municipal Adão Ferreira de Souza (Em Construção)
- Escola Municipal Adão Ferreira de Souza (Prédio Atual)

Raio de Abrangência das Escolas de Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série (R=500m)

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Edificações
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO NA ÁREA URBANA



Equipamentos de Educação na Área Urbana

Ensino Fudamental 5ª a 8ª Série

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

- Escola Estadual Maria Cristina
- Escola Municipal Acre - Anexo I
- Escola Municipal Adão Ferreira de Souza (Prédio Atual)

Raio de Abrangência das Escolas de Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série (R=800m)

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Edificações
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

Escala 1:12.500

N

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51° Wgr.

Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO NA ÁREA URBANA

ANO INTERNACIONAL DE PORTO GRANDE



Equipamentos de Educação na Área Urbana

Ensino Médio

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

② Escola Estadual Elias de Freitas Trajano

③ Escola Estadual Maria Cristina

Raio de Abrangência das Escolas de Ensino Médio (R=800m)

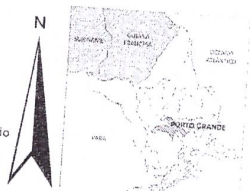
BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Edificações
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

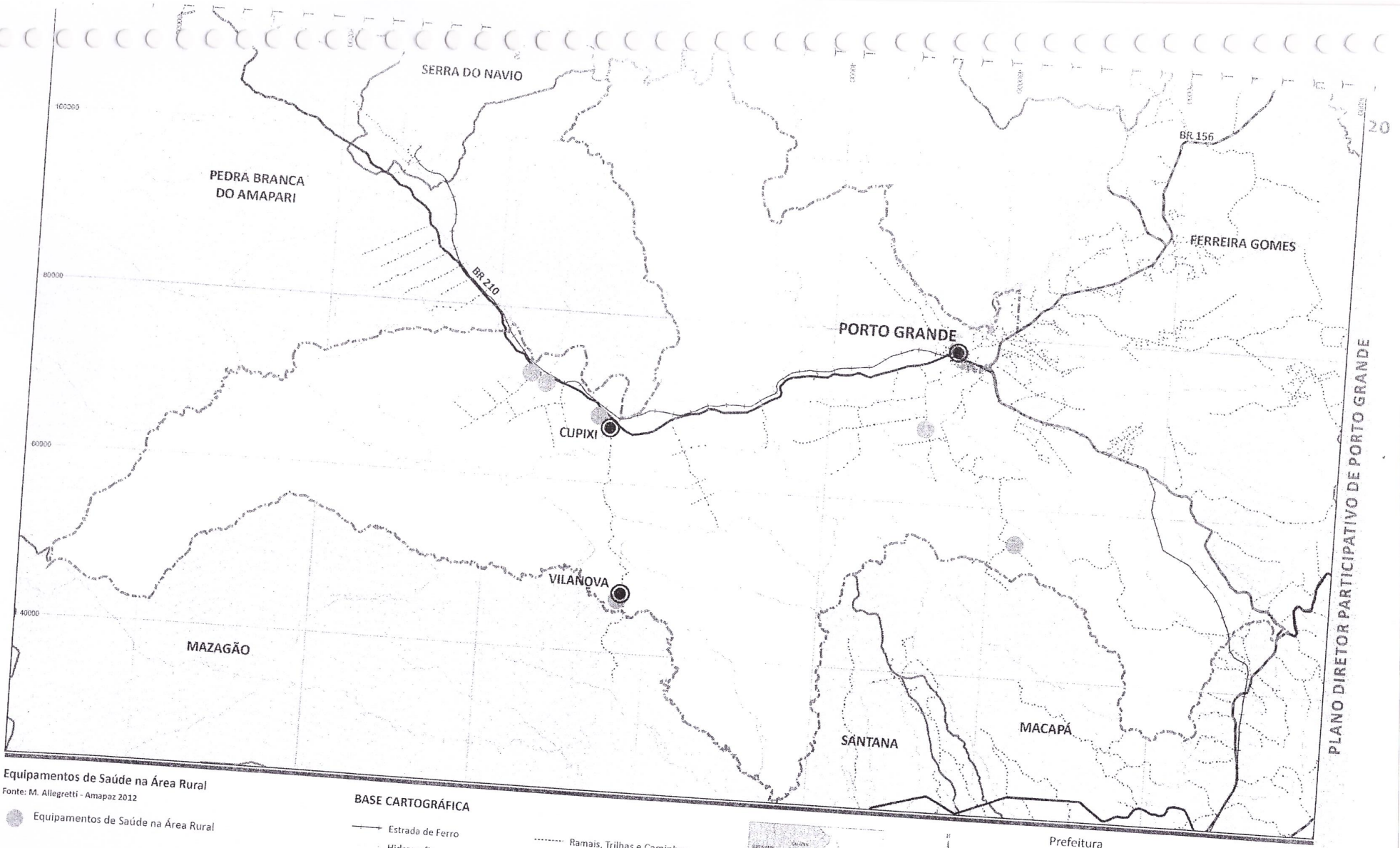
M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO NA ÁREA URBANA

ANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Equipamentos de Saúde na Área Rural

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

Equipamentos de Saúde na Área Rural

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Mancha Urbana
- Massa D'Água
- Municípios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

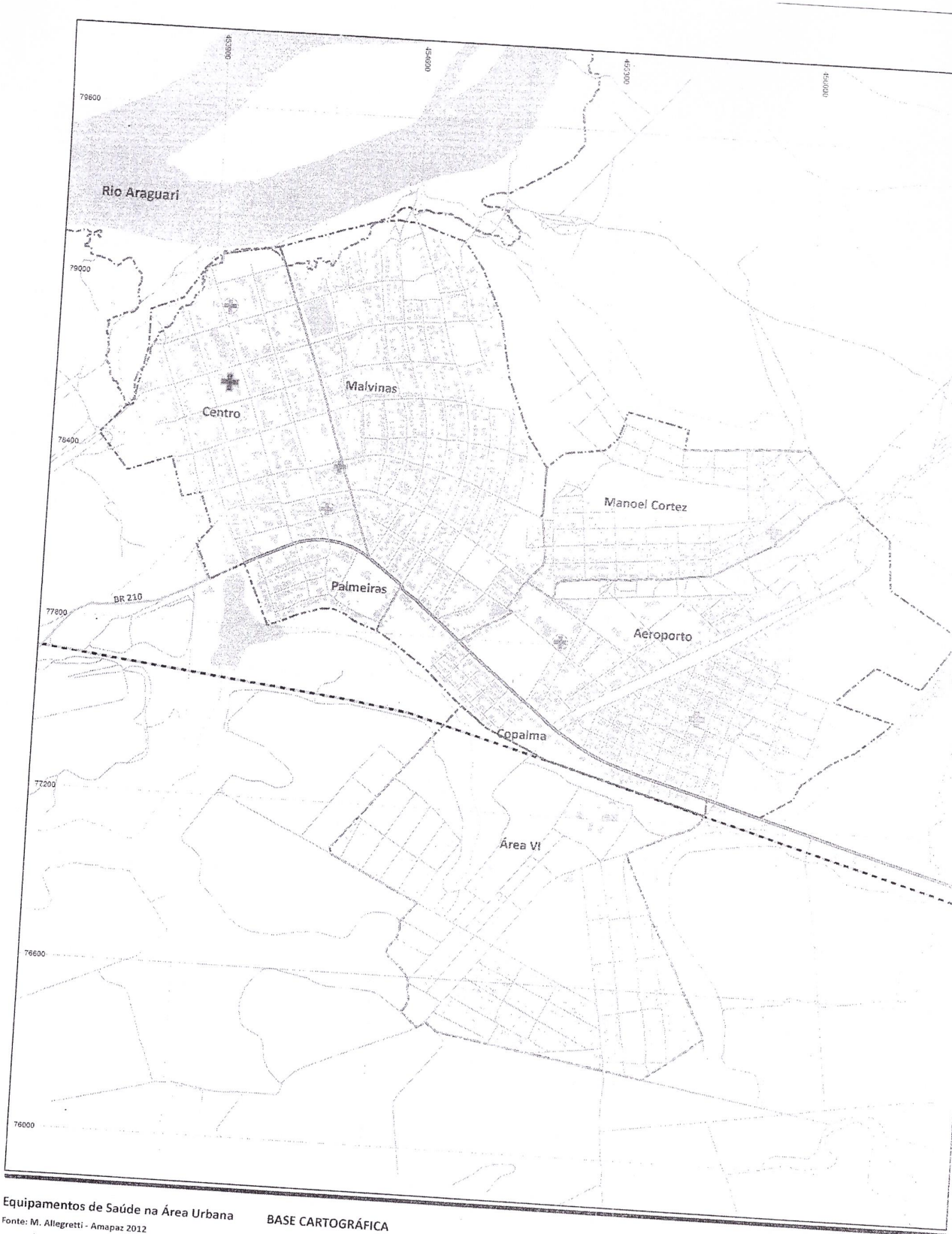
Prefeitura Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NA ÁREA RURAL



Equipamentos de Saúde na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

- Centro Odontológico (Particular)
- Controle de Endemias
- Unidade Básica de Saúde
- Unidade Mista de Saúde de Porto Grande

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Edificações
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Equipamentos de Saúde na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

- Centro Odontológico (Particular)
- Controle de Endemias
- Unidade Básica de Saúde
- Unidade Mista de Saúde de Porto Grande

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Edificações
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

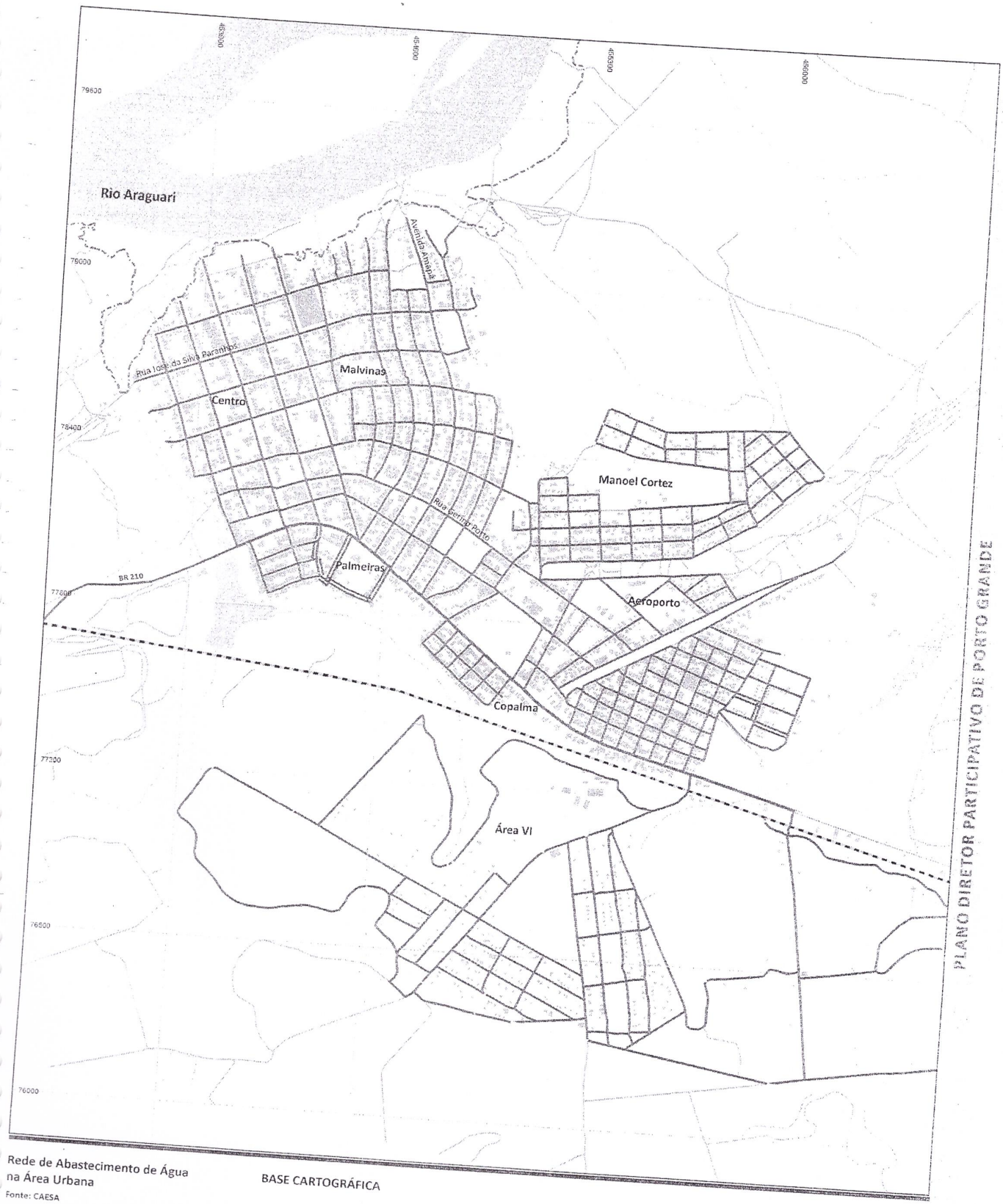
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Rede de Abastecimento de Água na Área Urbana

Fonte: CAESA

- Sem Informação
- Rua sem Abastecimento de Água (Poço)
- Rua com Abastecimento de Água Ligada a Rede

Drenagem

Fonte: PMPG

- Drenagem Projetada
- Rua com Drenagem

BASE CARTOGRÁFICA

- Edificações
- Estrada de Ferro
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

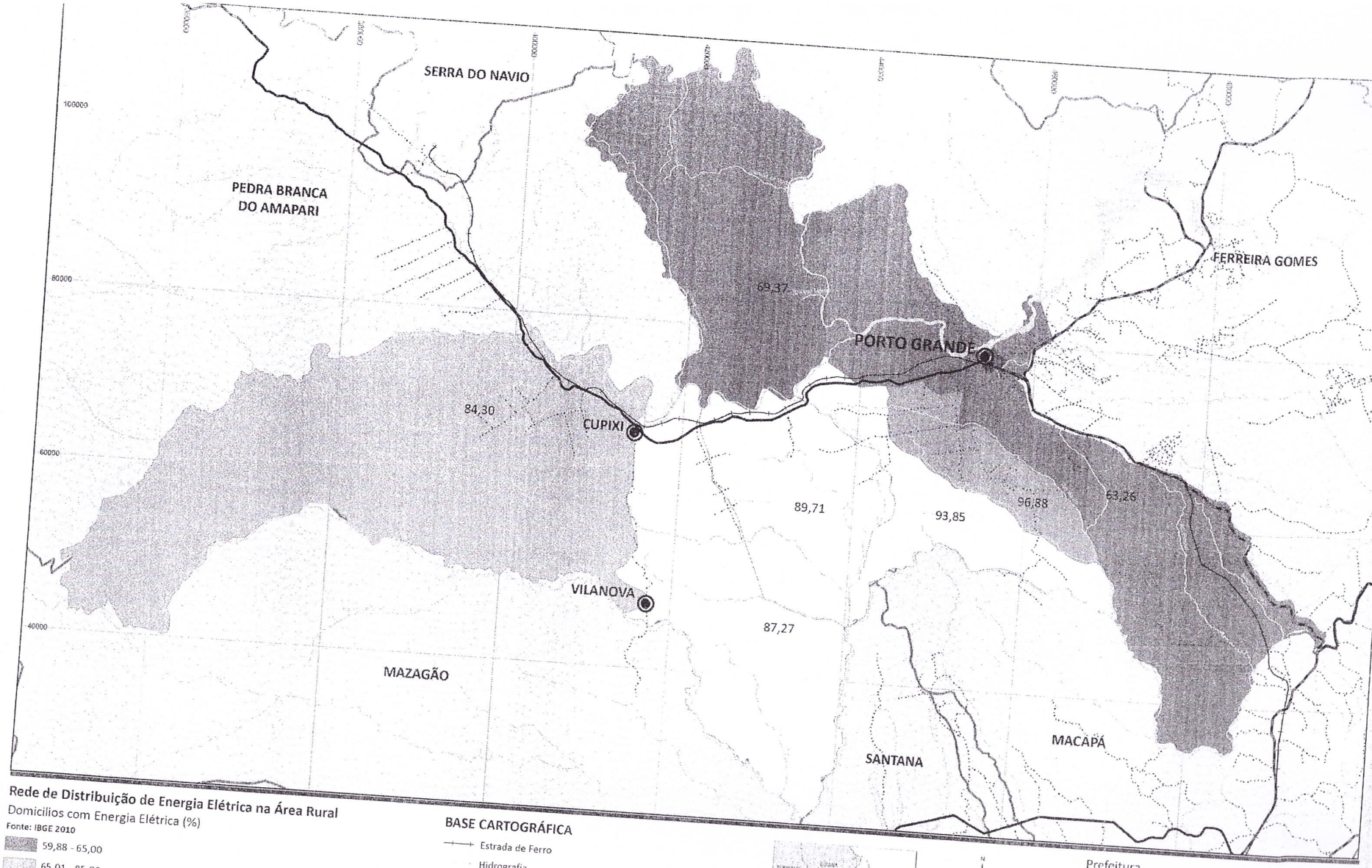
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA URBANA



Rede de Distribuição de Energia Elétrica na Área Rural

Domicilios com Energia Elétrica (%)

Fonte: IBGE 2010

- 59,88 - 65,00
- 65,01 - 85,00
- 85,01 - 95,00
- 95,01 - 98,00
- 98,01 - 99,64

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Municípios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

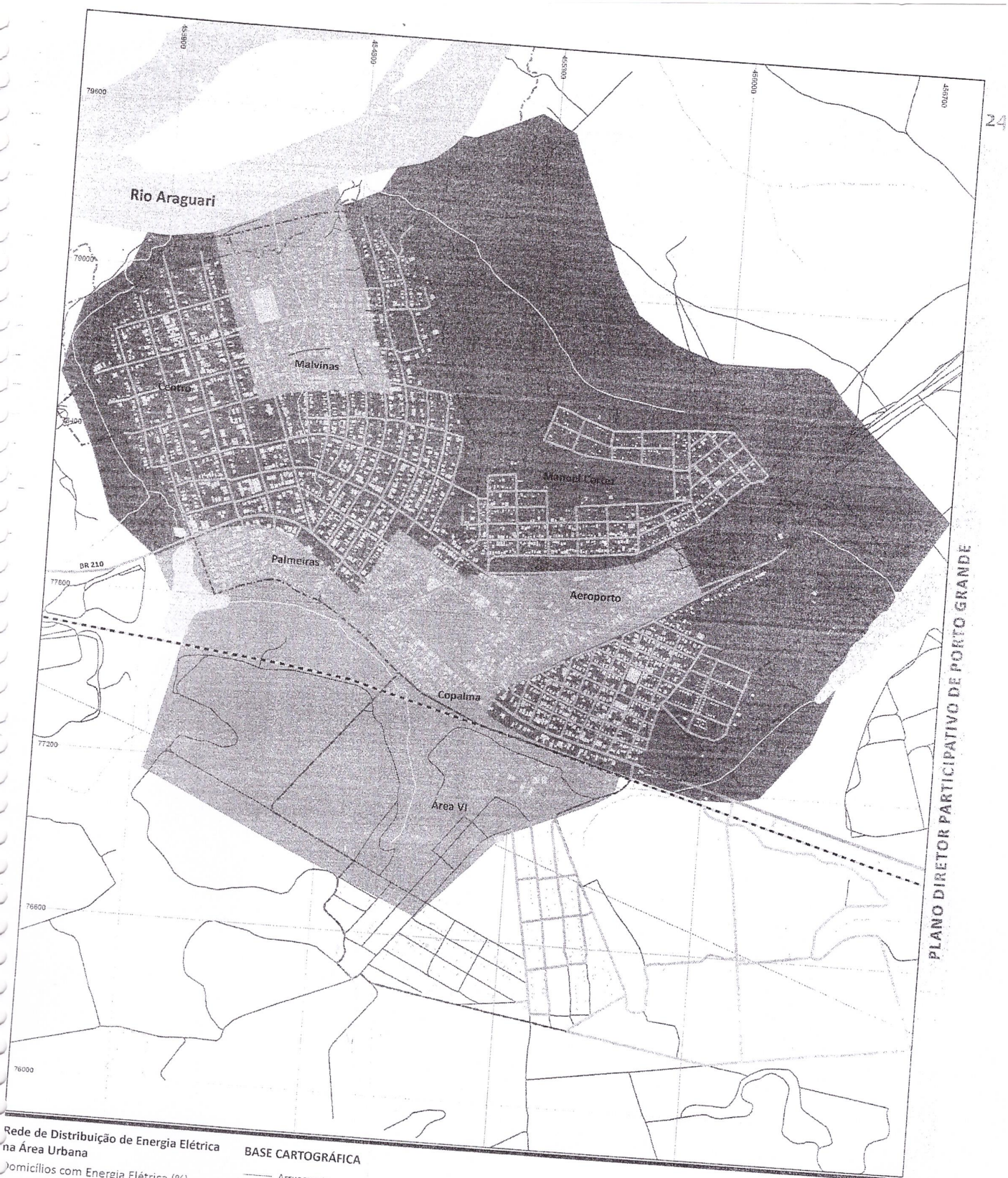
M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA RURAL

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Rede de Distribuição de Energia Elétrica na Área Urbana

Domicílios com Energia Elétrica (%)
Fonte: IBGE 2010
- 59.00 - 98.00
- 98.01 - 99.00
- 99.01 - 100.00

Iluminação Pública
Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012
- Rua com Iluminação
- Rua sem Iluminação

BASE CARTOGRÁFICA
- Arruamento
- Bairros
- Edificações
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0.05 0.1 0.2 0.3 0.4 Km

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

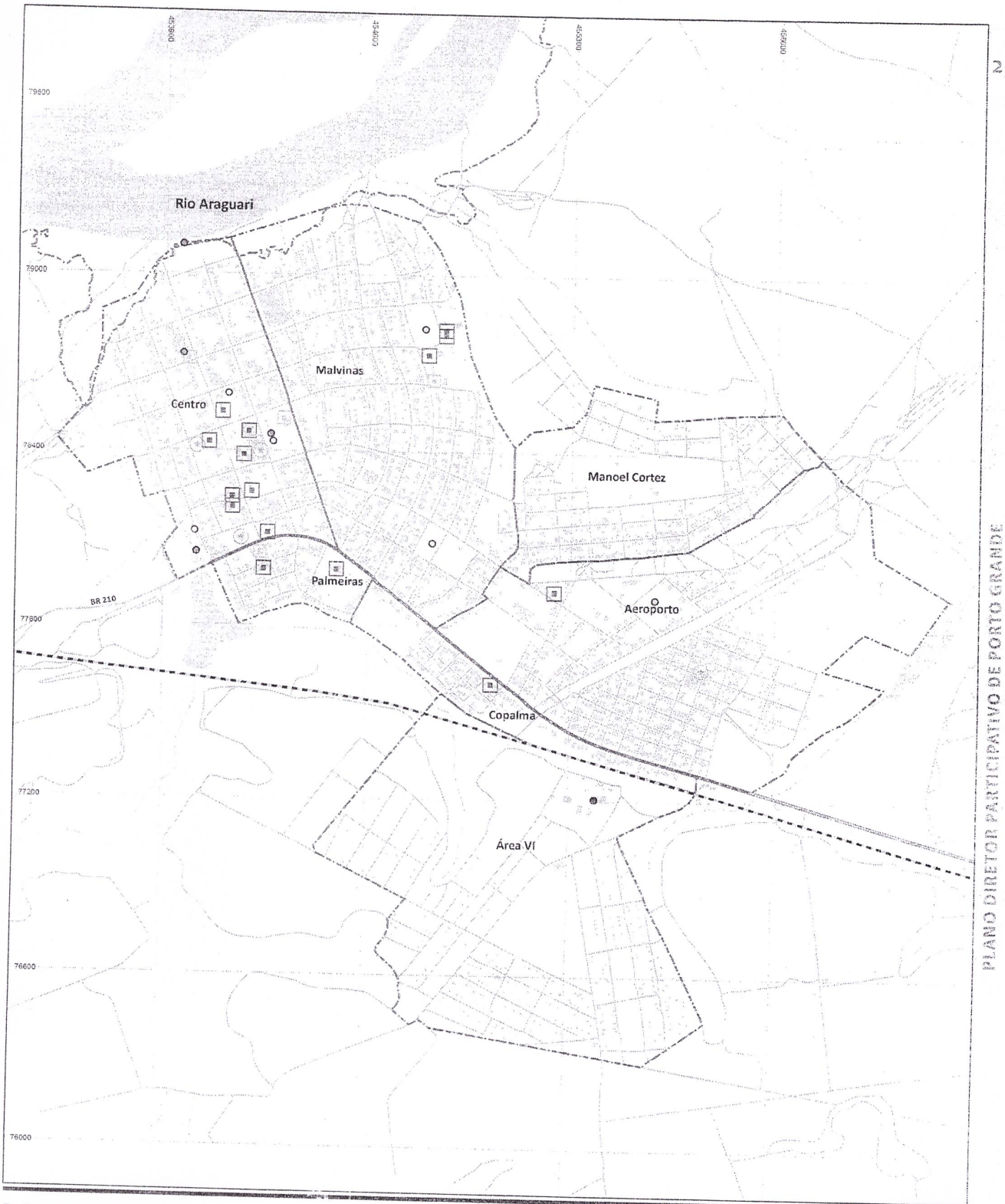
Prefeitura Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Equipamentos Públicos na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

- Central Regional de Abastecimento
- Serviço Funerário
- Feira de Rua
- Mercado Municipal
- Esporte
- Lazer
- Assistencia Social
- Segurança Pública
- Prédios Públicos

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Edificações
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

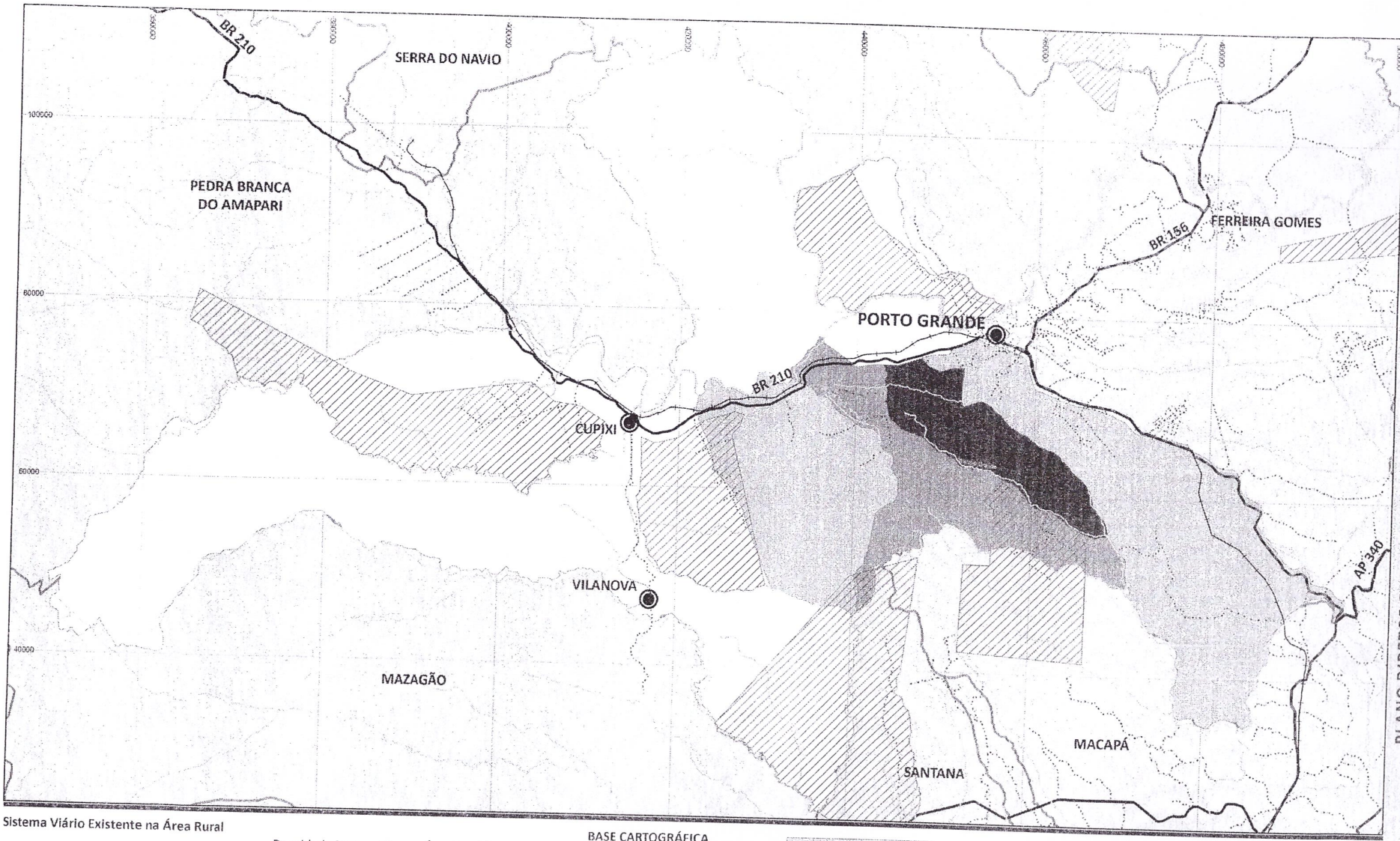
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Sistema Viário Existente na Área Rural

Fonte: AHE FERREIRA GOMES - EIA 2011 / INCRA 2012

- Assentamento do INCRA
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

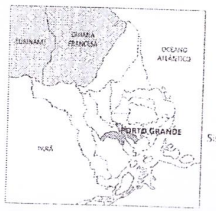
Densidade Demográfica na Área Rural (hab/km²)

Fonte: IBGE 2000/2010

0,56 - 1,00	2,01 - 2,50
1,01 - 1,50	2,51 - 5,00
1,51 - 2,00	5,01 - 570,22

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Municípios do Estado do A



Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

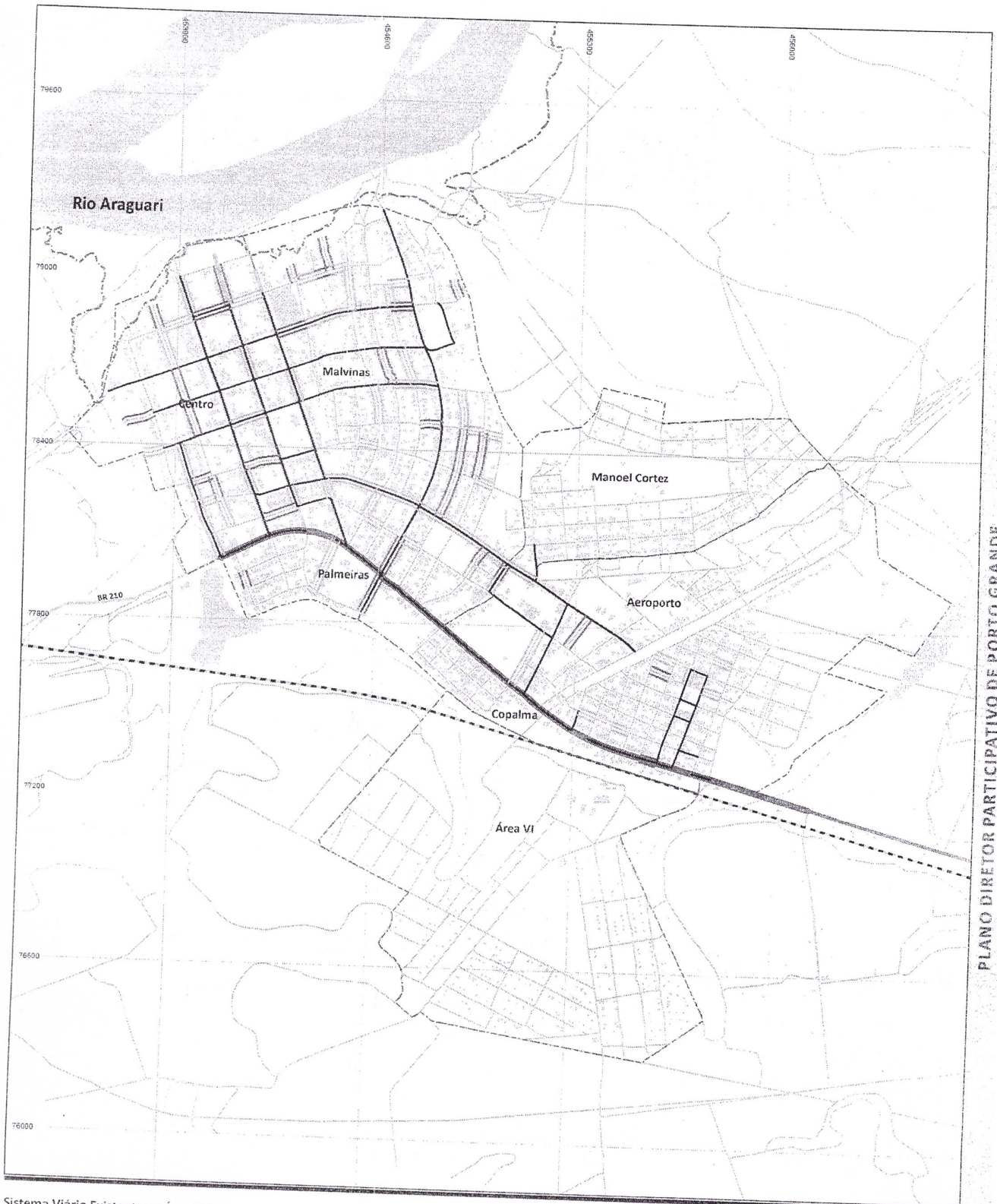
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE NA ÁREA RURAL



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Sistema Viário Existente na Área Urbana

Pavimentação

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

- Ruas com Pavimentação

Hierarquia viária espontânea

- 1º nível
- 2º nível
- 3º nível

Arborização

- Rua Parcialmente Arborizada
- Rua Arborizada

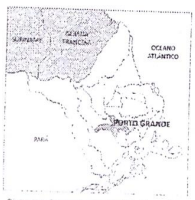
BASE CARTOGRÁFICA

- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Edificações
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Arruamento

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

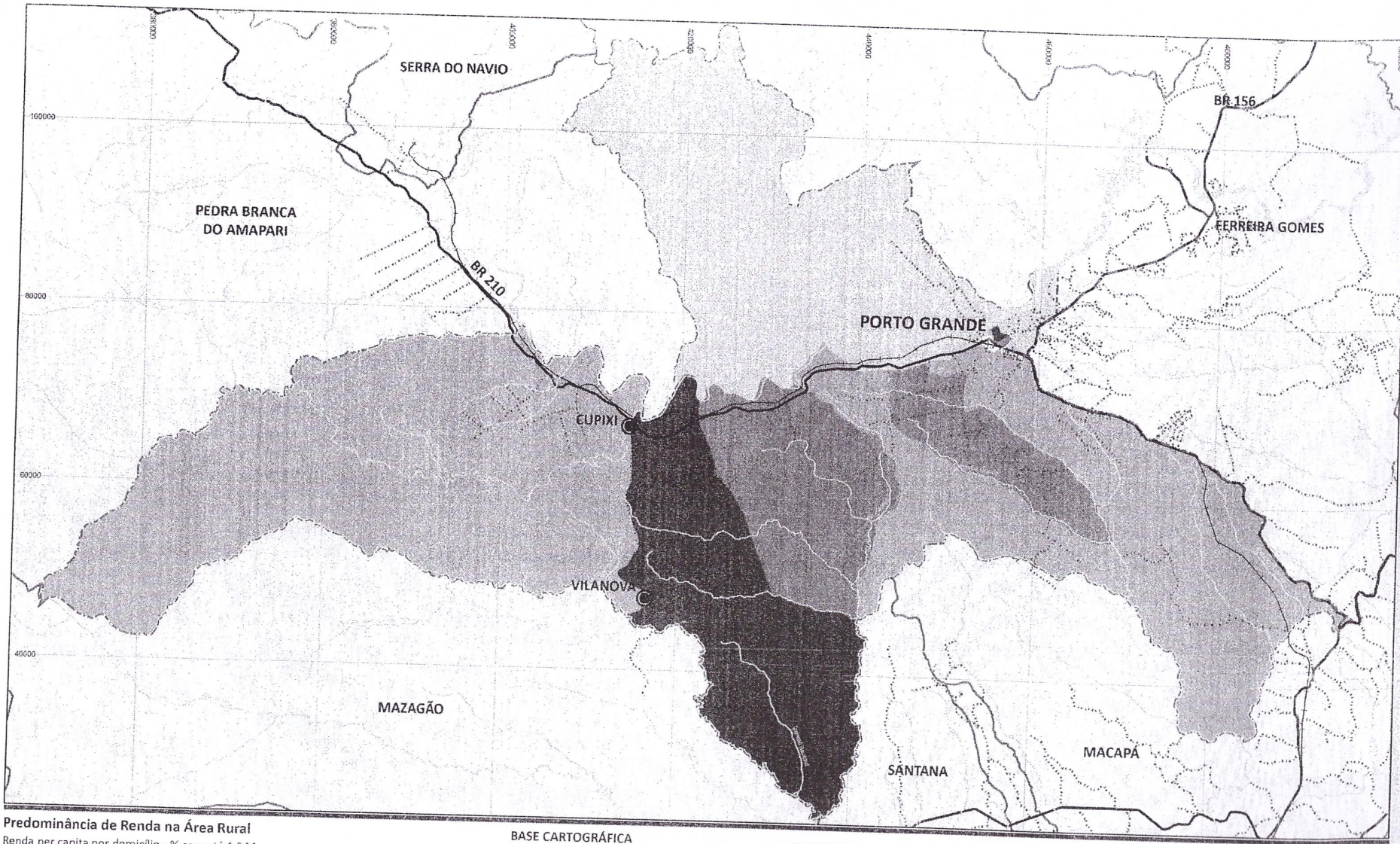
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE NA ÁREA URBANA



Predominância de Renda na Área Rural

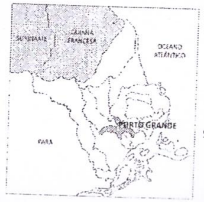
Renda per capita por domicílio - % com até 1 S.M.

Fonte: IBGE 2010

- 59,39 - 65,00
- 65,01 - 70,00
- 70,01 - 75,00
- 75,01 - 80,00
- 80,01 - 84,82

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa d'água
- Municípios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N

Datum Horizontal: SAD 69

Datum Vertical: Imbituba SC

Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

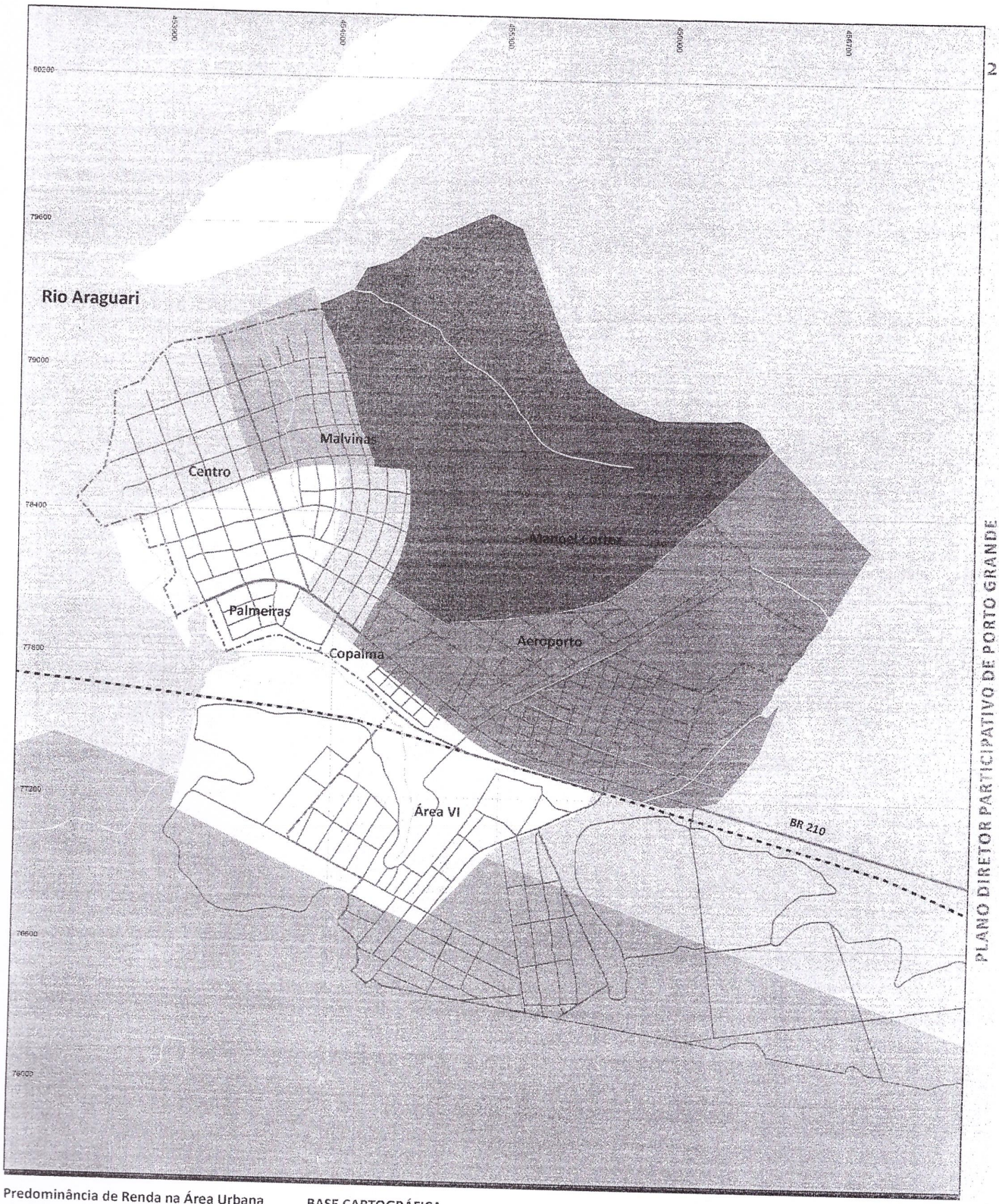
M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

PREDOMINÂNCIA DE RENDA NA ÁREA RURAL



Predominância de Renda na Área Urbana

Renda per capita por domicílio - % com até 1 S.M.

Fonte: IBGE 2010

- 59,39 - 65,00
- 65,01 - 70,00
- 70,01 - 75,00
- 75,01 - 80,00
- 80,01 - 84,82

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:15.000

N



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

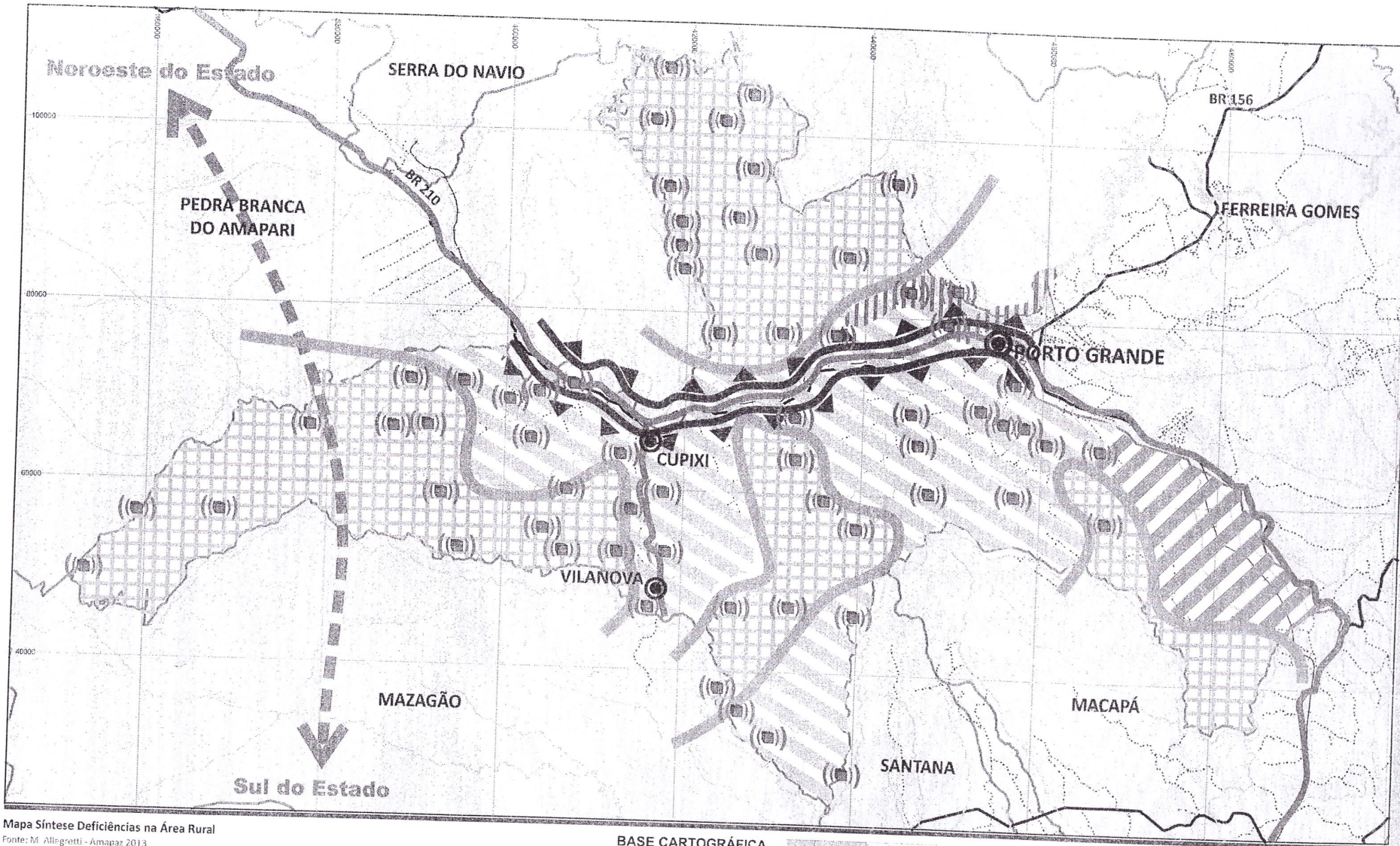
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

PREDOMINÂNCIA DE RENDA NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

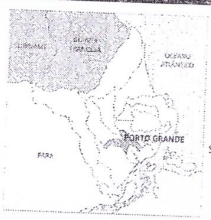
Mapa Síntese Deficiências na Área Rural

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013

- Poluição Difusa Causada pelo Transporte de Minério
- Rodovia Estadual Projetada, Indução à Urbanização em Áreas de Conservação Ambiental
- Implantação de Pecuária Extensiva Degrada a Vegetação Natural
- Crescimento Desordenado pode Comprometer a Qualidade da Moradia e Serviços
- Exploração Mineral não Controlada pode Causar Danos ao Meio Ambiente
- Diminuição da Área Disponível para Utilização Econômica Devido à Existência de Unidades de Conservação.
- Silvicultura Extensiva Causa Impacto Ambiental e na Infraestrutura Viária sem Gerar Divisas Proporcionais para o Município.
- Áreas de Baixa Produtividade Agrícola em Função de Limitações do Solo, Nível Tecnológico do Produtor Rural e Assistência Técnica Rural Deficiente
- Exploração Excessiva de Seixo e Areia no Rio Araguari

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Municípios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



Escala: 1:400.000
Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51° Wgr

Março 2013

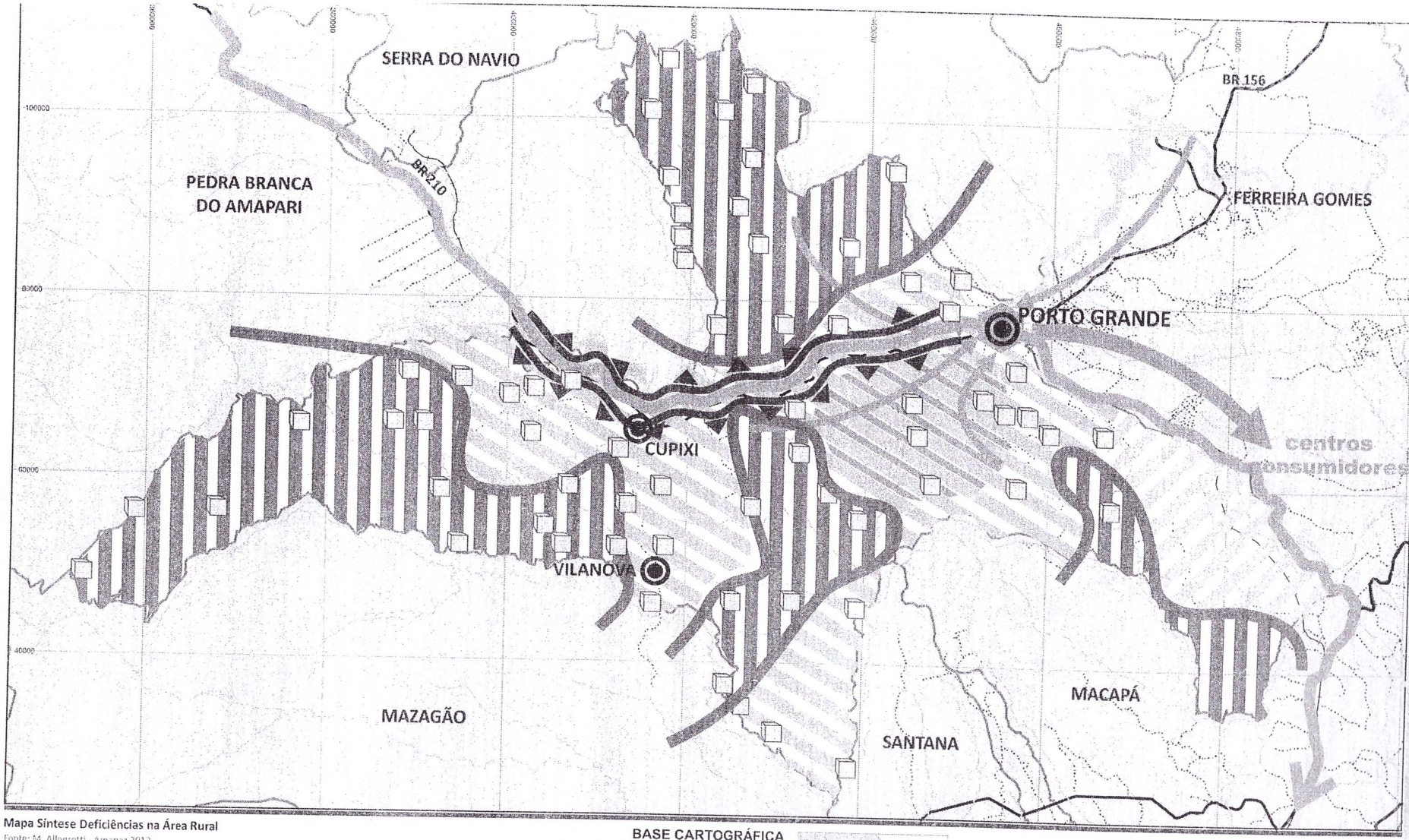
Prefeitura Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES
geração de energia

MAPA SÍNTESE DEFICIÊNCIAS NA ÁREA RURAL



Mapa Síntese Deficiências na Área Rural

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013

- Potencial para Sistema Intermodal de Transporte Escoamento da Produção para Centros Consumidores
- Central de Abastecimento Concentra a Produção para Escoamento
- Potencial para Urbanização / Centro de Serviços Rodoviários
- Potencial de Mineração
- Incentivo a Sistemas Agroflorestais e Silvopastoris Podem Diminuir o Desmatamento e Aprimorar a Pecuária.
- A Existência de Unidades de Conservação pode Estimular o Uso Múltiplo dos Recursos (Exploração Madeireira, não Madeireira, Turismo).
- Programas de Gestão Socioambiental e Investimentos em Infraestrutura Viária podem Minimizar Impactos da Silvicultura. Beneficiar a População e o Município.
- Infraestrutura, Proximidade do Mercado e Programas Governamentais podem Aumentar Produtividade Agrícola.
- Pequenas Vilas com Infraestrutura Facilitam Instalação de Agroindústrias

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Municípios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



N

Escala: 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr

Março 2013

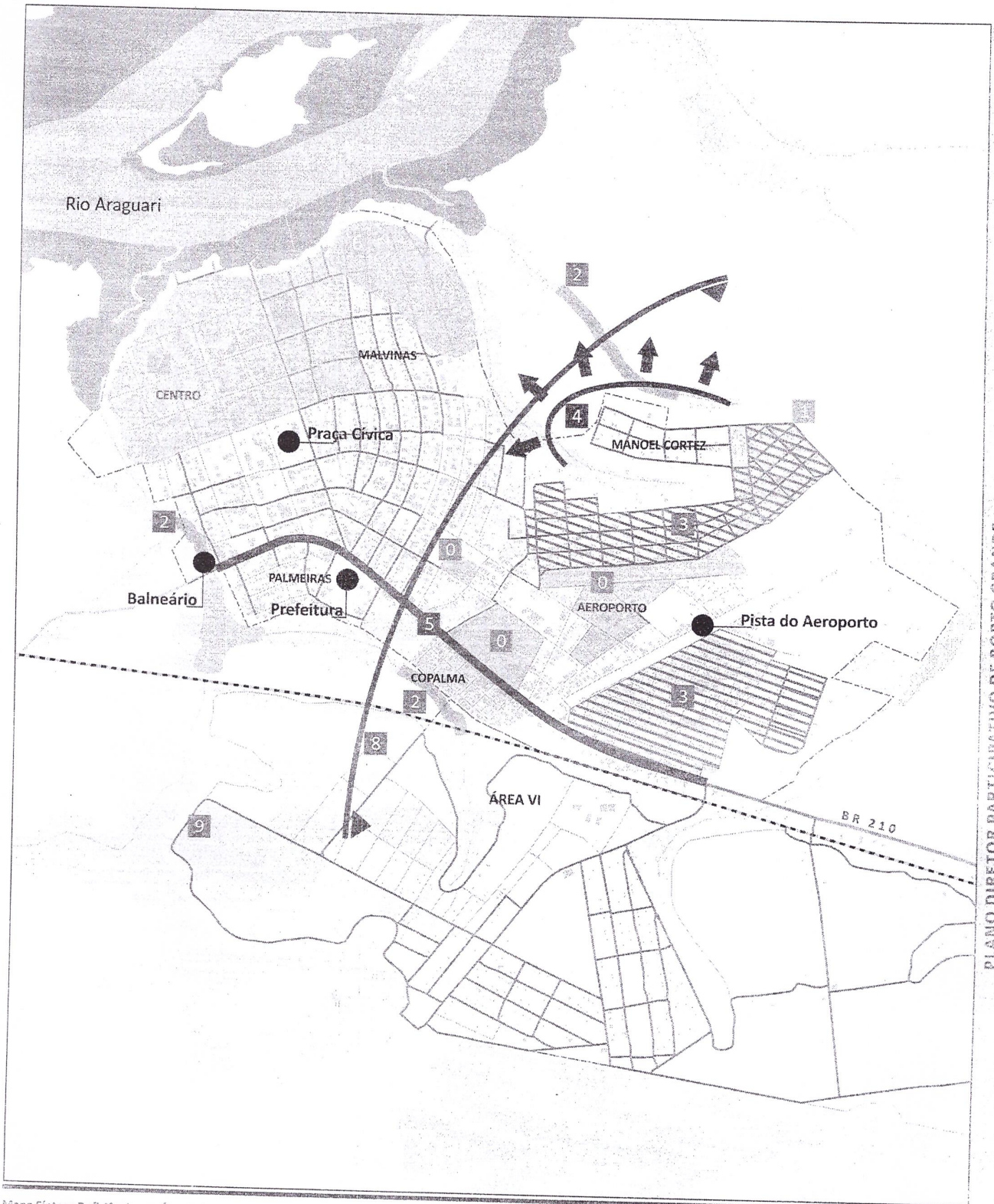
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES
geração de energia

MAPA SÍNTESE POTENCIALIDADES NA ÁREA RURAL



Mapa Síntese Deficiências na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013

- Vazios - Desperdício de Infraestrutura / Dificulta Deslocamento
- Área Não Atendida Por Escola
- 2 Fundos de Vale em Más Condições de Preservação
- 3 Áreas com Vias Mais Estreitas
- 4 Expansão Urbana Inadequada
- 5 Conflitos de Funções Viárias - BR 210
- Área não Atendida Por Escola de 5ª a 8ª Série
- Tendência de Diminuição do Uso Habitacional
- 8 Área Urbana com Carência de Equipamentos Públicos
- 9 Ausência de Rede de Abastecimento de Água

BASE CARTOGRÁFICA

- Área de Preservação Permanente (APP) Projetada
- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetada
- Massa D'Água
- Remanescentes Florestais
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

N

Escala 1:12.500

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr

Março 2013

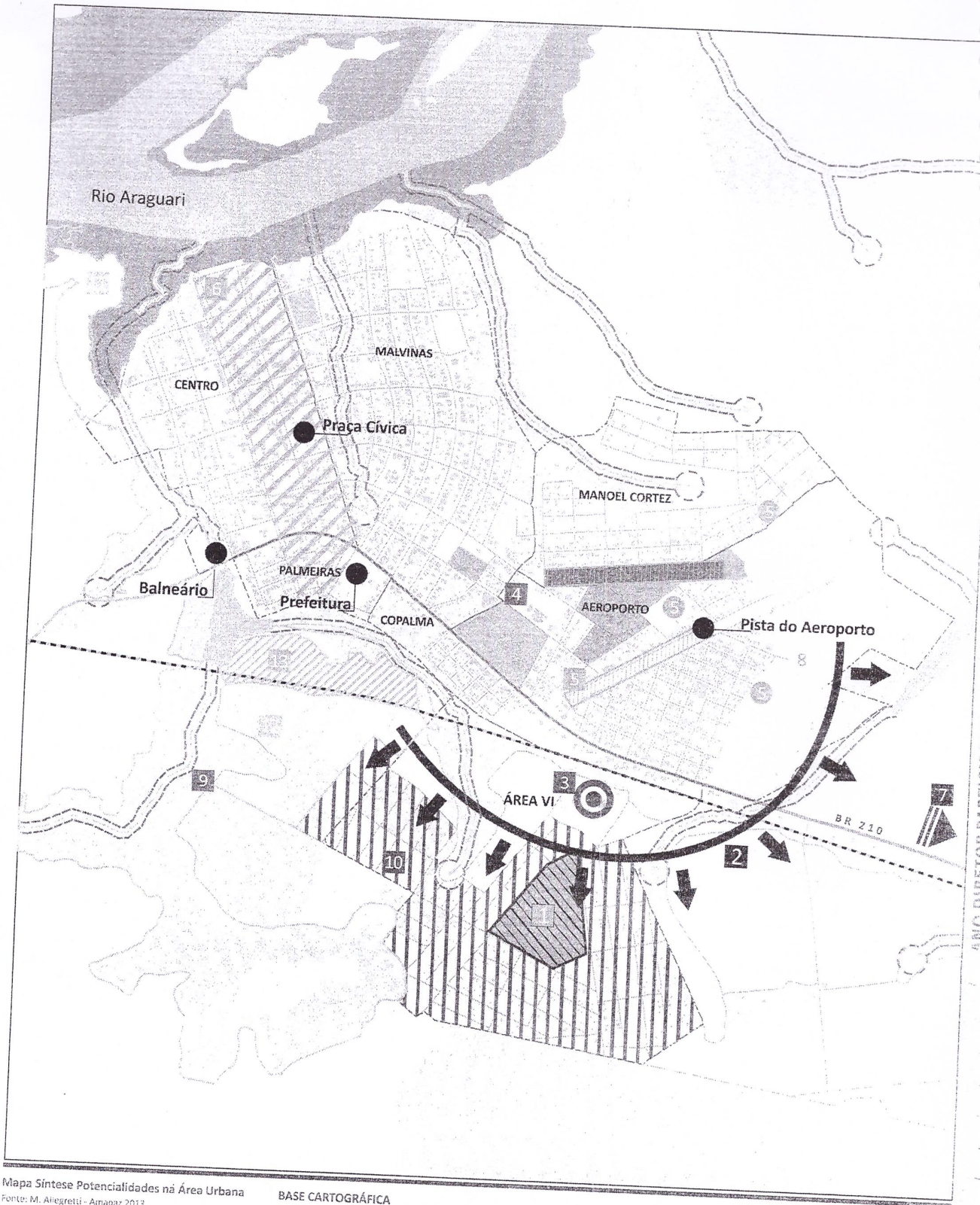
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

MAPA SÍNTESE DEFICIÊNCIAS NA ÁREA URBANA

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE



Mapa Síntese Potencialidades na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013

1. Área VI - Projetada para Equipamentos Públicos
2. Área VI - Expansão Urbana Planejada
3. Futura Central de Abastecimento
4. Grandes Vazios - Potencial para Novas Habitações
5. Potencial para Esportes e Lazer/Praças
6. Área Pavimentada com Potencial para Arborização
7. Zona Industrial Prevista em Área Adequada
8. Novas Habitações de Interesse Social
9. Legislação Municipal Protege Fundos de Vale
10. Área de Expansão Planejada Implantada
- Potencial de Beleza Cênica e Área de Lazer
- Potencial para Criação de Parque
- Potencial para Instalação de Equipamentos de Turismo e Lazer

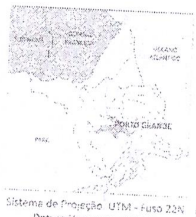
BASE CARTOGRÁFICA

- APP Área de Proteção Permanente
- Área de Proteção Permanente (APP) Projetada
- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetada
- Massa D'Água
- Remanescentes Florestais
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação

N

0 0,05 0,1 0,2 0,3 0,4 Km

Escala 1:12.500



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º WGr

Março 2013

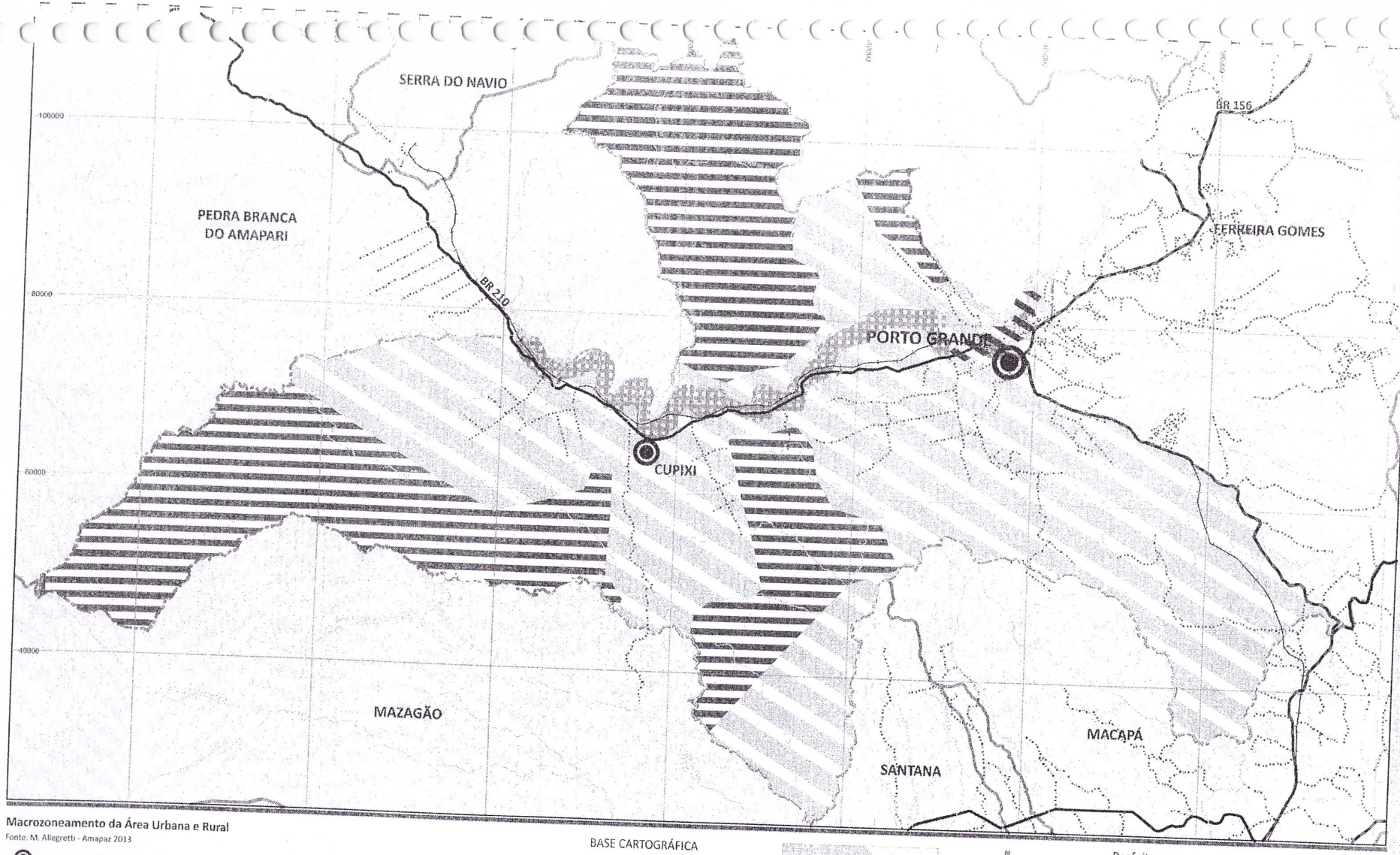
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

MAPA SÍNTESE POTENCIALIDADES NA ÁREA URBANA



Macrozoneamento da Área Urbana e Rural

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013

- Macrozona Urbana
- Macrozona de Uso Especial do Reservatório
- Macrozona de Proteção Ambiental
- Macrozona de Conservação e Uso Sustentável
- Macrozona de Indução ao Uso Agrossilvipastoril

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Municípios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



N

Escala 1:400.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N

Datum Horizontal: SAD 69

Datum Vertical: Imbituba SC

Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

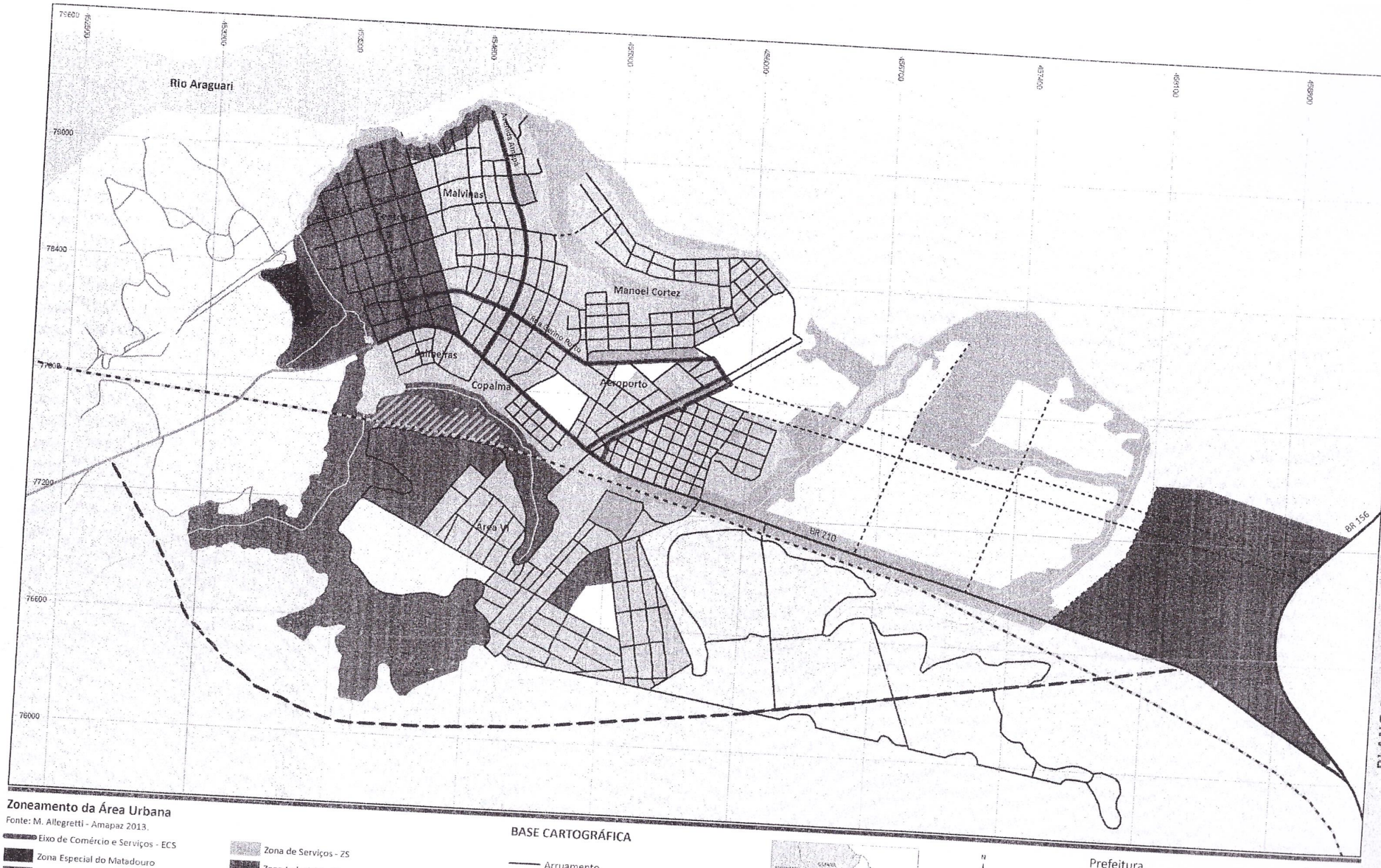
M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES
geração de energia

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

ANEXO II - MACROZONEAMENTO DA ÁREA URBANA E RURAL



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Zoneamento da Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013.

- Eixo de Comércio e Serviços - ECS
- Zona Especial do Matadouro
- Zona de Uso Recreacional e de Lazer - ZURL
- Zona Central - ZC
- Zona de Uso Misto - ZUM
- Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
- Zona de Expansão Urbana - ZEU
- Zona de Serviços - ZS
- Zona Industrial - ZI
- Zona de Proteção Permanente - ZPP
- Zona do Parque Municipal - ZPM
- Área de Uso Institucional
- Área Prioritária para Esporte e Lazer
- Área de Equipamentos de Lazer e Turismo

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D´Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



Escala 1:18.000
Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

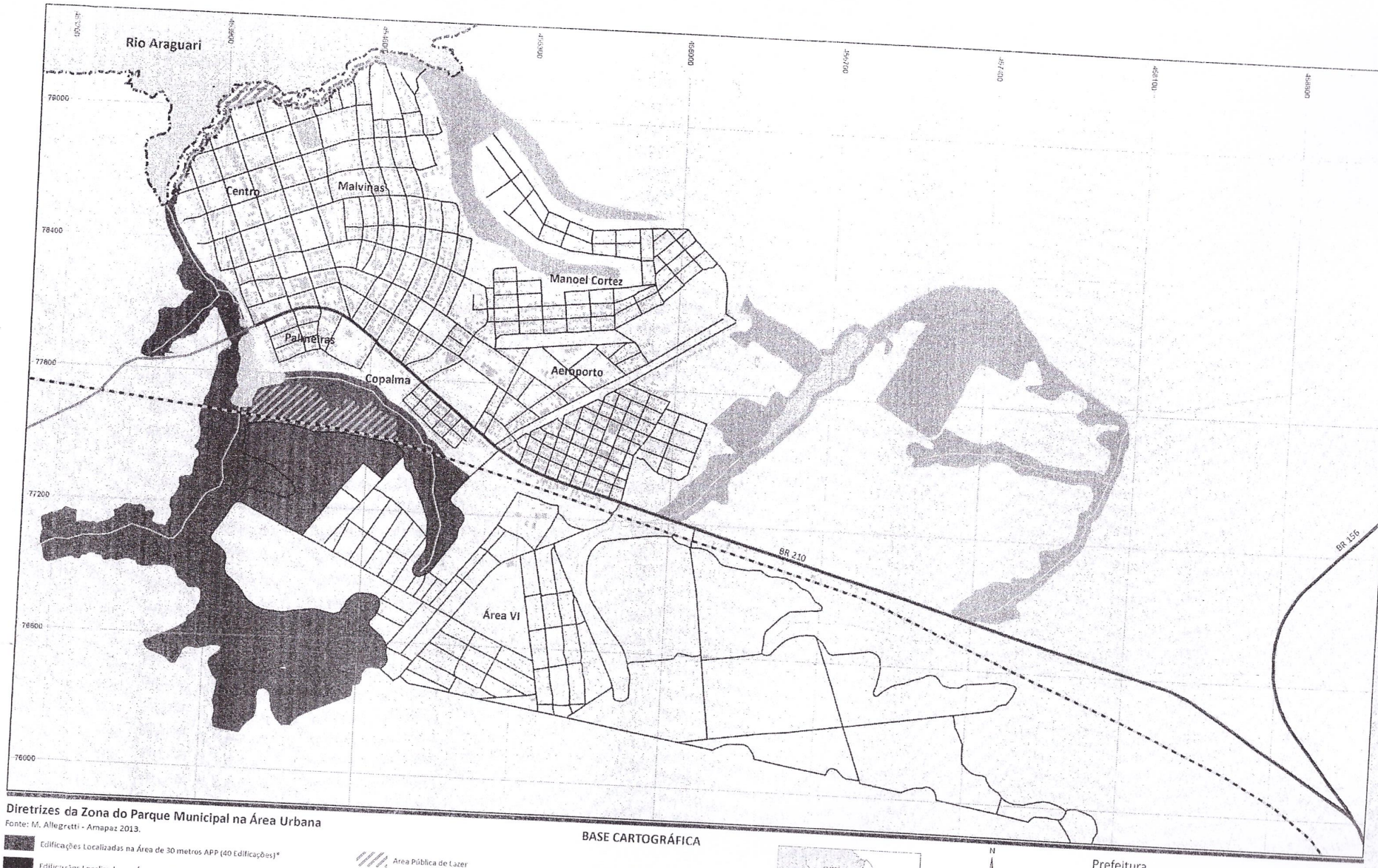
Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

ANEXO ZONEAMENTO URBANO



Diretrizes da Zona do Parque Municipal na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013.

- Edificações Localizadas na Área de 30 metros APP (40 Edificações)*
- Edificações Localizadas na Área Projetada de 20 metros - Via Orla (34 Edificações)*
- APP (30 metros) Área Urbana
- Faixa de Proteção
- Via da Orla
- Area Pública de Lazer
- Área de Equipamentos de Lazer e Turismo
- Zona de Proteção Permanente
- Zona Destinada para Parque Municipal

*O número de edificações a serem indenizadas é estimado

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



N

Escala 1:16.000
Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

ANEXO VIII

DIRETRIZES DA ZONA DO PARQUE MUNICIPAL NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Diretrizes da Zona de Uso Recreacional e de Lazer na Área Ubana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013.

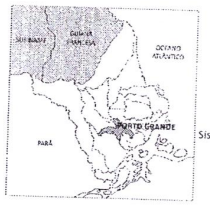
- Edificações Localizadas na Área de 30 metros APP (40 Edificações)*
- Edificações Localizadas na área projetada de 20 metros - Via Orla (34 Edificações)*
- APP (30 metros) Área Urbana
- Faixa de Proteção

*O número de edificações a serem indenizadas é estimado

- Via da Orla
- Área Pública de Lazer
- Zona de Proteção Permanente
- Zona Destinada para Parque Municipal

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Linha D'Água Reservatório Projetado
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



N

Escala 1:5.000
Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

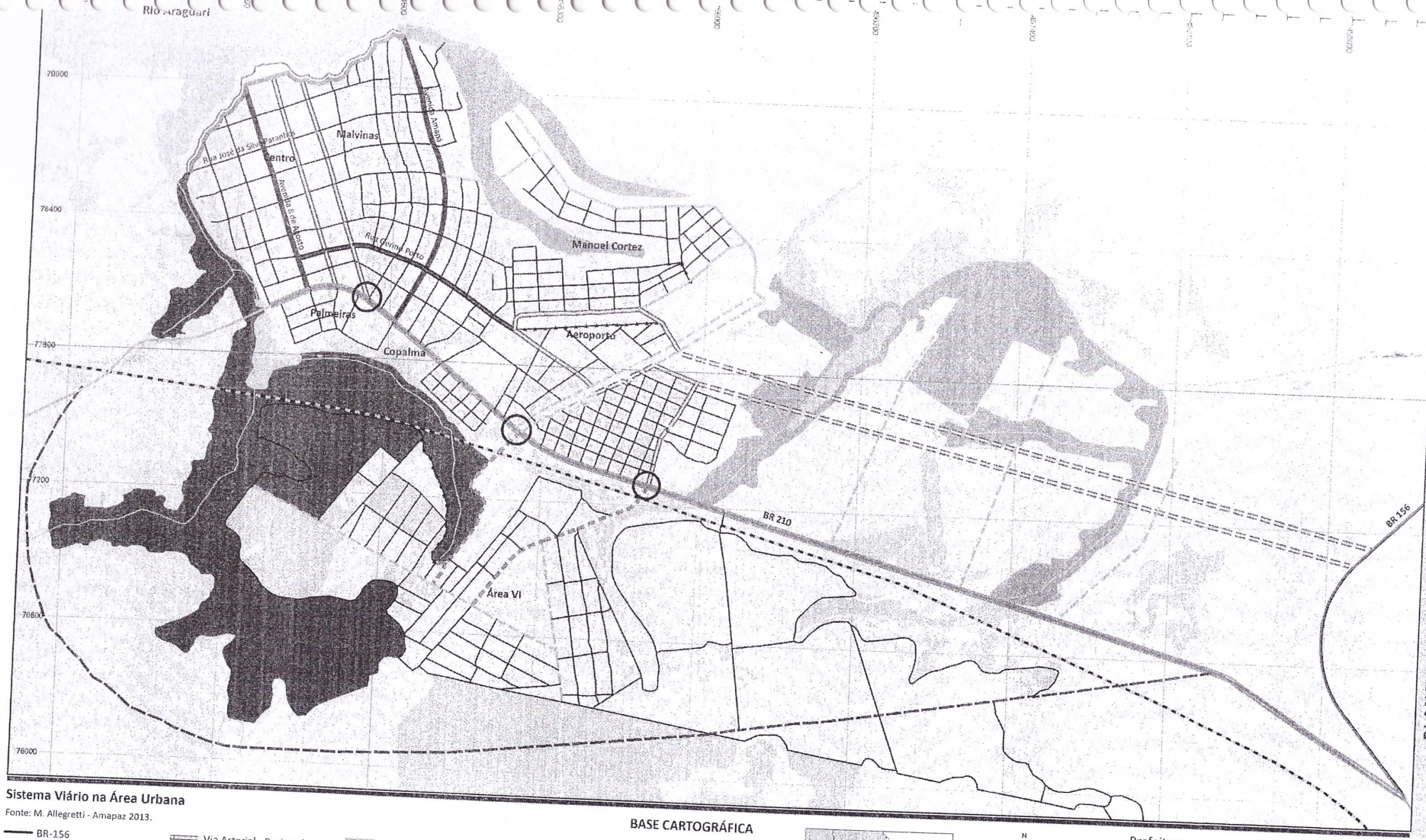
M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES
Geração de Energia

ANEXO VII

DIRETRIZES DA ZONA DE USO RECREACIONAL E DE LAZER NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Sistema Viário na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013.

- BR-156
- Via Marginal
- Via Estrutural
- Via Estrutural Especial
- Via Estrutural - Projetada
- Via Arterial
- Via Arterial - Projetada
- Via da Orla
- Via Coletora
- Via Coletora - Projetada
- Via Local
- Via Local com Ciclovia
- Zona de Proteção Permanente
- Zona Destinada para Parque Municipal
- Anel Rodoferroviário Projetado
- Intersecções Viárias

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



N

Escala 1:16.000

Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

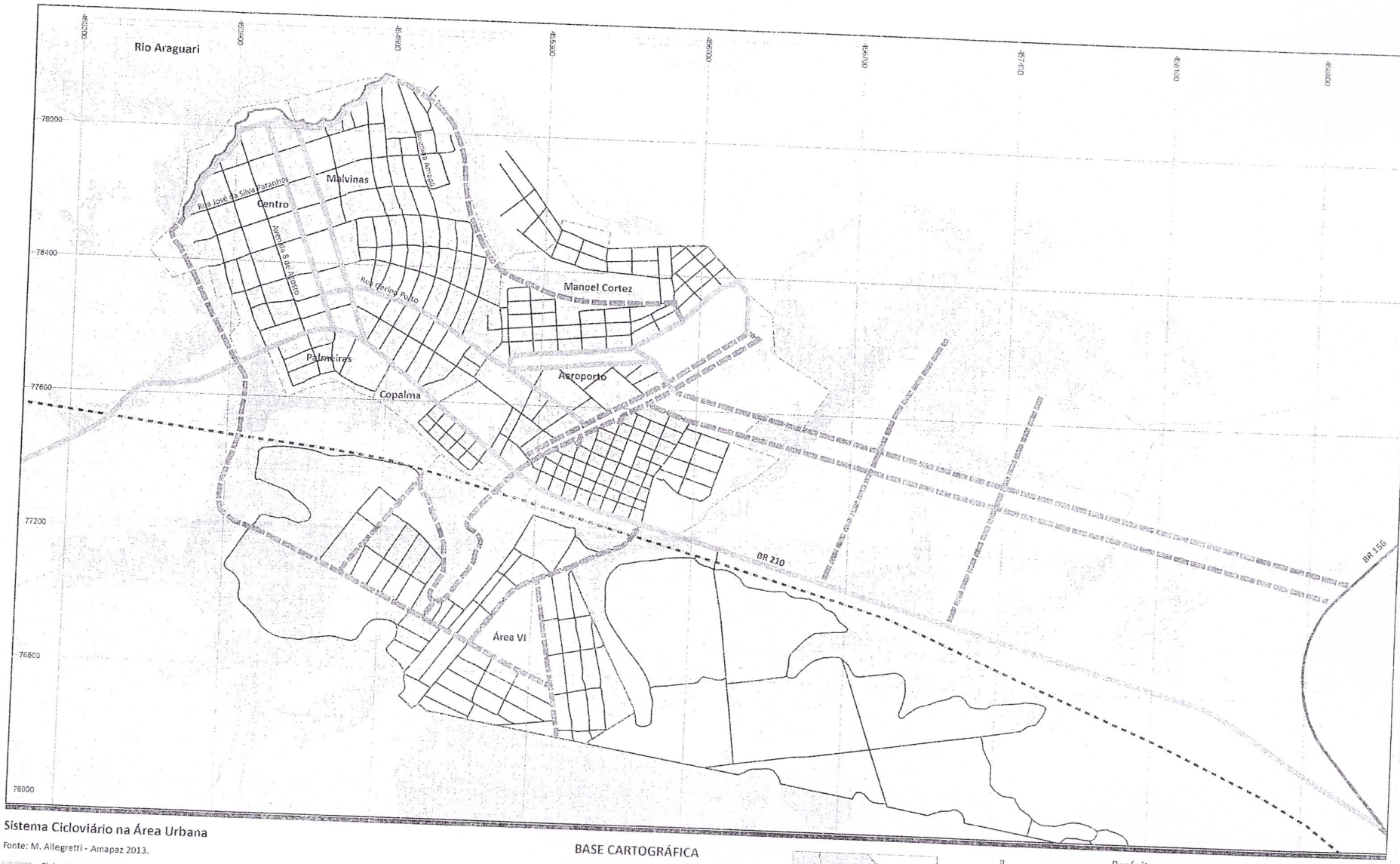
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

ANEXO IV - SISTEMA VIÁRIO NA ÁREA URBANA



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Sistema Cicloviário na Área Urbana

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013.

- Ciclovia em Via Existente
- Ciclovia em Via Projetada
- Ciclovia Projetada

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Rodovia sem Pavimentação
- Rodovia Pavimentada



Escala 1:16.000
Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º WGr

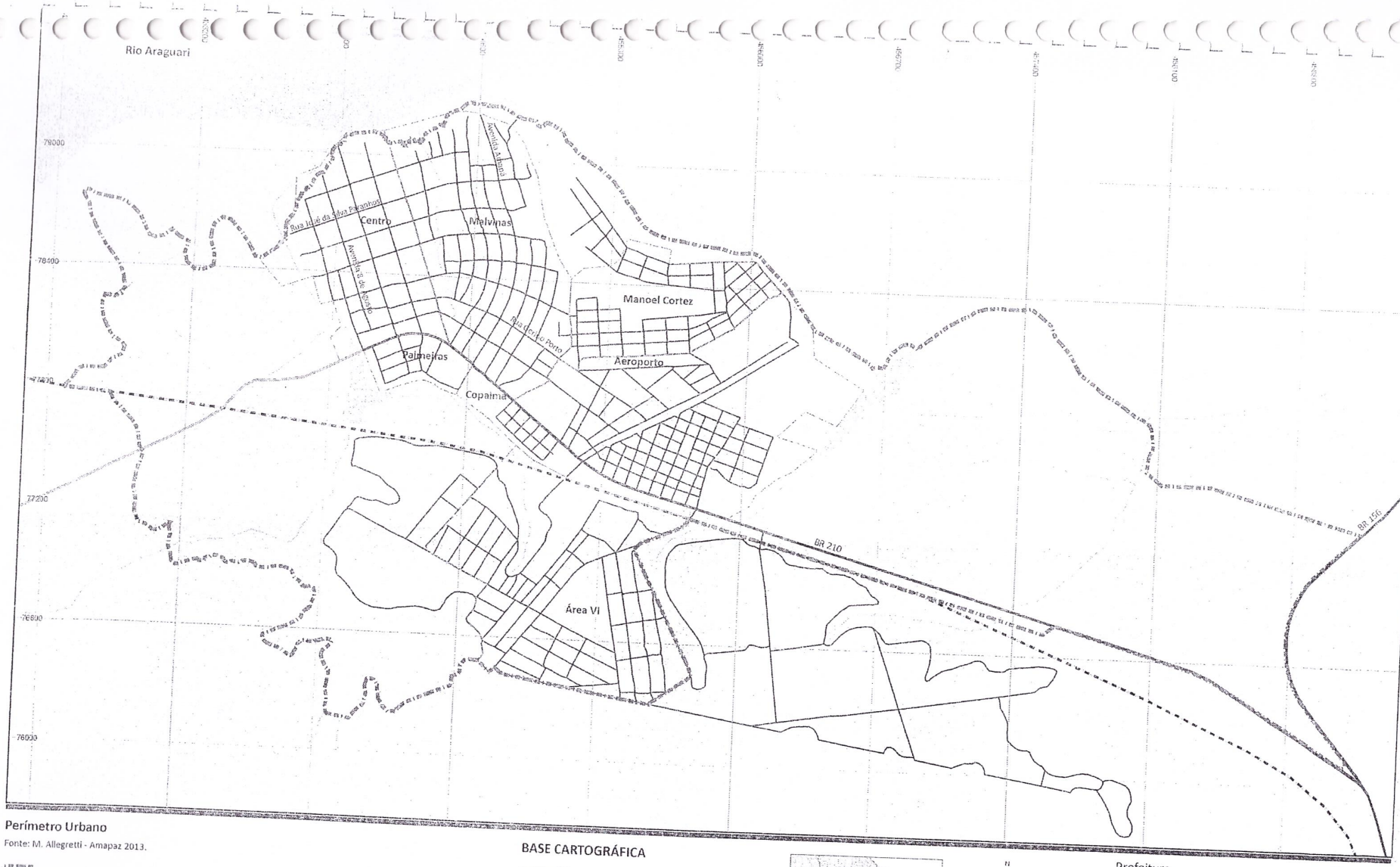
Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE

Perímetro Urbano

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2013.

Perímetro Urbano

BASE CARTOGRÁFICA

- Arruamento
- Bairros
- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D´Água
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



N

Escala 1:18.000
Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

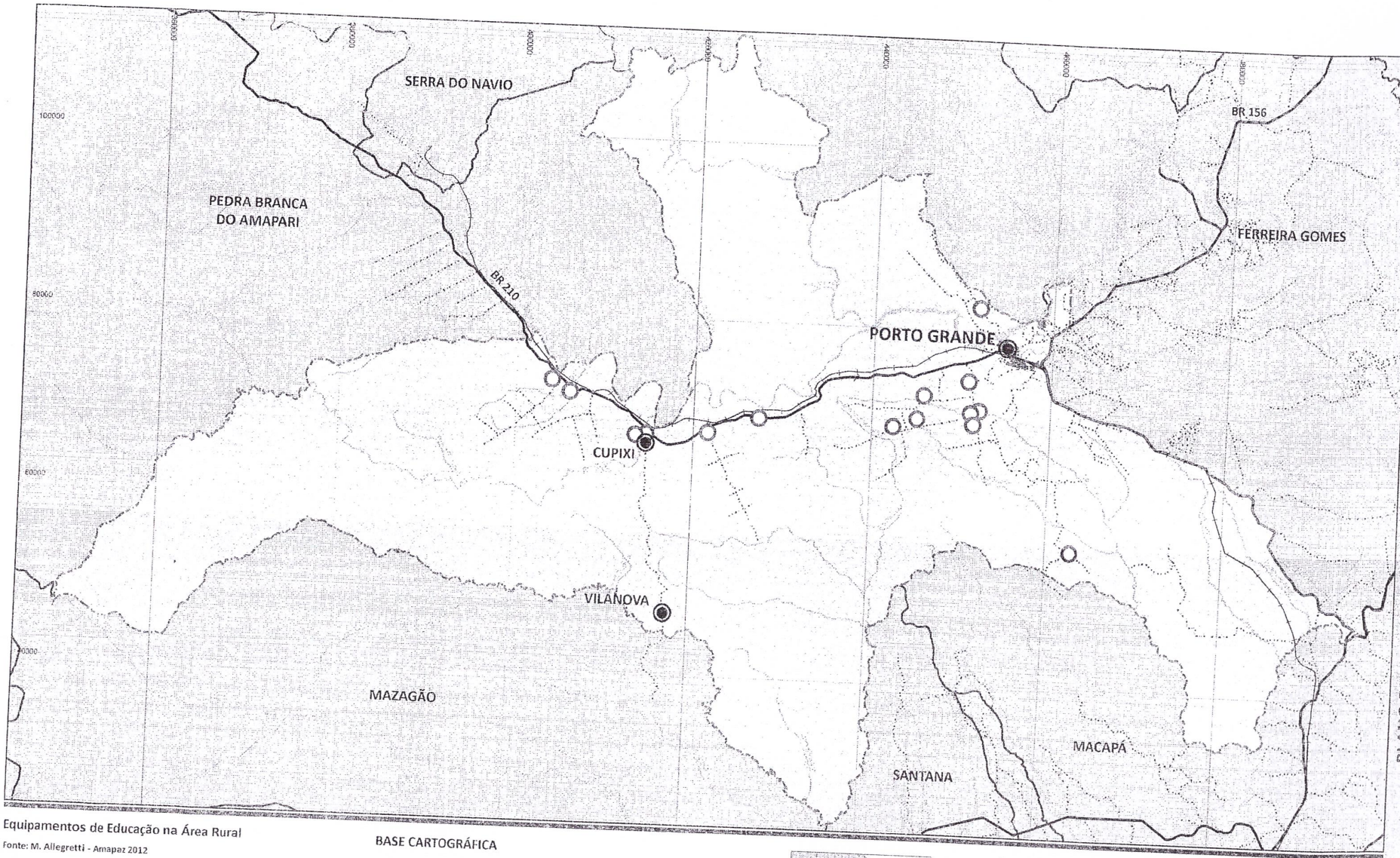
Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A

FERREIRA GOMES

ANEXO I - PERÍMETRO URBANO



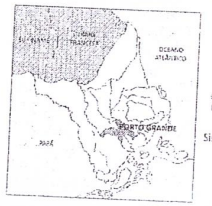
Equipamentos de Educação na Área Rural

Fonte: M. Allegretti - Amapaz 2012

○ Escola na Área Rural

BASE CARTOGRÁFICA

- Estrada de Ferro
- Hidrografia
- Massa D'Água
- Mancha Urbana
- Municípios do Estado do Amapá
- Ramais, Trilhas e Caminhos
- Rodovia Pavimentada
- Rodovia sem Pavimentação



Escala 1:400.000
Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22N
Datum Horizontal: SAD 69
Datum Vertical: Imbituba SC
Meridiano Central: 51º Wgr.

Março 2013

Prefeitura
Municipal de Porto Grande
Estado do Amapá

M. Allegretti Consultoria
Amapaz Projetos Sustentáveis Ltda

FERREIRA GOMES ENERGIA S/A